



RELATÓRIO ANUAL

Exercício 2021

CONTROLADORIA-GERAL DE TORITAMA



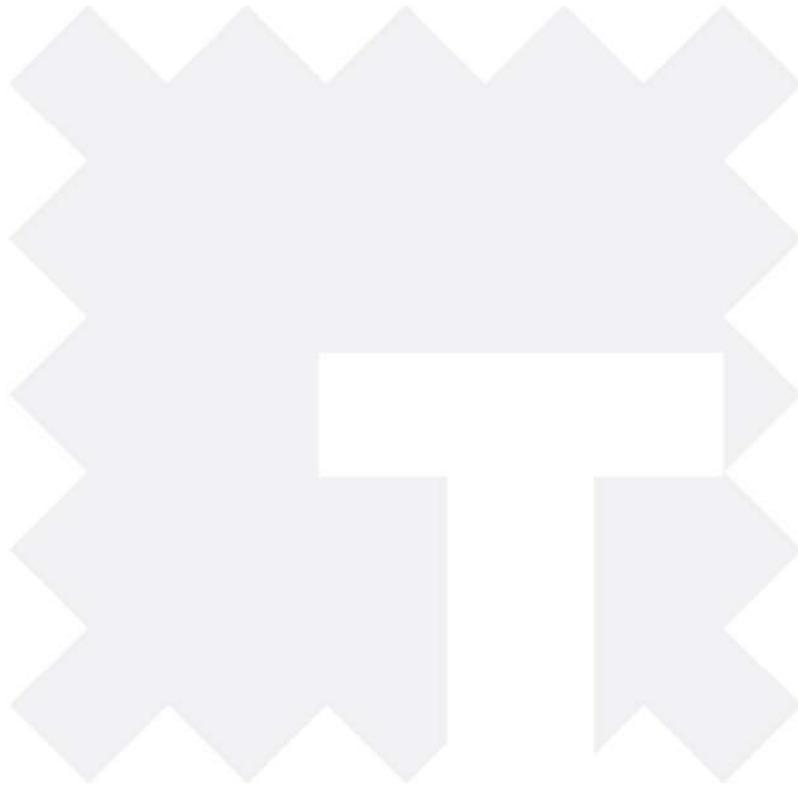
Sumário

1. Introdução.....	4
2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	4
2.1 - <i>Análise da Execução Orçamentária</i>	4
2.1.1. – <i>Resultado Orçamentário</i>	4
2.1.2. – <i>Receita Arrecadada</i>	6
2.1.3. – <i>Despesa Executada</i>	9
2.2 - <i>Análise Financeira e Patrimonial</i>	12
2.2.1. <i>Índices de Liquidez</i>	12
2.2.1.1. <i>Liquidez Imediata</i>	12
2.2.1.2. <i>Liquidez Corrente</i>	13
2.2.2. <i>Dívida Ativa</i>	13
2.2.3. <i>Restos a pagar</i>	14
2.2.4. <i>Dívida Consolidada</i>	14
3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores	15
4. Receita Corrente Líquida	17
5. Despesa total com pessoal	18
6. Dívida Consolidada Líquida.....	19
7. Operação de Crédito	20
8. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.....	20
9. Aplicação na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica.....	20
10. Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde.....	21
11. Transferências Concedidas pela Prefeitura em 2021	21
12. Disponibilidade Financeira.....	22
13. Resultado Financeiro (Superávit / Déficit) do Balanço Patrimonial	23
14. Recolhimento de Contribuições previdenciárias:.....	24
15. Dados relevantes:.....	26
15.1 – Área da Saúde.....	26
15.2 - Área da Educação	27



16.	Combate a Pandemia ocasionada pela COVID-19.....	27
17.	Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2021.....	28
18.	Auditorias realizadas no Exercício 2021:.....	32
19.	Atendimentos da Ouvidoria:.....	32
20.	Considerações Finais.....	37

Documento Assinado Digitalmente por: EDILSON TAVARES DE LIMA, ANGELA MARIA BEZERRA MACHADO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 81478364-aae0-4fbc-bacd-1f859485246d





1. Introdução

O presente relatório tem como premissa sintetizar as ações da Controladoria Geral do Município no Exercício 2021, em consonância com a Resolução TC nº. 153, de 15 de dezembro de 2021, item 27 (Prestação de Contas de Gestão).

O Controle Interno tem por finalidade averiguar a regularidade dos atos da Administração Pública, contribuindo para a efetividade das ações públicas e apoiando o Controle Externo no exercício de sua missão institucional. De acordo Botelho:

É o controle realizado pelo próprio órgão executor no âmbito de sua própria administração, exercido de forma adequada, capaz de propiciar uma razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de forma eficaz, eficiente e com a necessária economicidade (Ex. Sist. Controle Interno, Auditoria Interna, Controladoria Municipal) “(2006, p.27)”.

Um bom sistema de Controle Interno é sinônimo de boa administração que deve ser objetivo de todo gestor público. Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, Lei Complementar Municipal nº.002/2017 que instituiu a Controladoria-Geral do Município e os artigos 75 a 82 da Lei 4.320/1964, os artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal, sendo assim, a Controladoria-Geral de Controle Interno, no uso de suas atribuições e em atendimento ao que preceitua os dispositivos legais, procurou pautar suas ações nos princípios que o regem, fazendo recomendações aos gestores e acompanhamento da gestão nos aspectos orçamentário, patrimonial, financeiro e contábil. Em síntese, abaixo encaminhamos alguns pontos observados no exercício de 2021.

2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

2.1 - Análise da Execução Orçamentária

A estimativa de receita e a fixação da despesa do exercício de 2021, conforme Lei Municipal nº 1.759, de 29/12/2020, foi aprovada da seguinte forma:

LOA		Receita Estimada	Despesa Fixada	%
Orçamento Fiscal		R\$ 96.163.000,00	R\$ 80.797.981,45	74,45%
Orçamento da Seguridade Social	Saúde	R\$ 11.159.000,00	R\$ 20.154.575,75	18,57%
	Assistência Social	R\$ 1.203.000,00	R\$ 7.242.442,80	6,67%
	Previdência	R\$ -	R\$ 330.000,00	0,30%
TOTAL		108.525.000,00	108.525.000,00	100,00%

Fonte: Lei Municipal nº 1.759/2020 - Lei Orçamentária Anual 2021

2.1.1. – Resultado Orçamentário

A execução Orçamentária do Município de Toritama, no exercício de 2021, ocorreu conforme exposto:



DESCRIÇÃO	Previsão / Autorização	Arrecadação / Execução	% Executado
Receita	108.525.000,00	124.048.270,51	114,30%
Despesa (considerando as alterações orçamentárias)	121.431.538,01	119.934.636,24	98,77%
Superávit de Execução Orçamentária		4.113.634,27	

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64

A seguir são calculados os quocientes de desempenho da arrecadação e de execução da despesa referente aos exercícios de 2016 a 2021:

a) Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA):

Exercício	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Receita arrecadada	R\$ 124.048.270,51	R\$ 106.039.203,27	R\$ 99.212.176,14	R\$ 85.400.659,60	R\$ 75.787.550,35	R\$ 72.007.417,69
Previsão Inicial da Receita	R\$ 108.525.000,00	R\$ 112.266.000,00	R\$ 106.904.000,00	R\$ 169.466.156,00	R\$ 86.772.323,99	R\$ 78.396.832,29

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA)						
EXERCÍCIO	2021	2020	2019	2018	2017	2016
QDA (Receita Arrecadada / Previsão Inicial da Receita)	1,14	0,94	0,93	0,50	0,87	0,92

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas



O quociente de desempenho da arrecadação foi de 1,14, indicando que para cada R\$ 1,00 previsto, foi arrecadado R\$ 1,14.

Quociente de Execução de Despesa (QED):

Exercício	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Despesa Orçamentária Realizada	R\$ 119.934.636,24	R\$ 98.591.506,87	R\$ 92.022.896,50	R\$ 87.879.124,54	R\$ 76.623.864,99	R\$ 71.459.843,79
Despesa Orçamentária Autorizada	R\$ 121.431.538,01	R\$ 112.266.000,00	R\$ 106.904.000,00	R\$ 169.466.156,00	R\$ 86.772.323,99	R\$ 78.396.832,29

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

Quociente de Execução de Despesa (QED)						
EXERCÍCIO	2021	2020	2019	2018	2017	2016
QED (Despesa Orçamentária Realizada / Despesa Orçamentária Autorizada)	0,99	0,88	0,86	0,52	0,88	0,91



Por este quociente, para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, foi empenhada R\$ 0,99, resultando em economia orçamentária.

Vale ressaltar que o Município para cada R\$ 1,14 arrecadado foi executado R\$ 0,99 de despesas, evidenciando desta forma, que a administração, mesmo em meio a calamidade pública, no cenário de baixo crescimento do país, de limitações financeiras impostas pelo fraco desempenho da economia nacional, buscou equilibrar as finanças do Município.

2.1.2. – Receita Arrecadada

A receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 124.048.270,22, conforme o quadro abaixo. A composição das receitas no exercício se apresentou da seguinte forma:

RECEITA	EXERCÍCIO DE 2021		EXERCÍCIO DE 2021		DIFERENÇA ARRECADADA A MAIOR
	PREVISÃO ATUALIZADA	% DO TOTAL	ARRECADADA	% DO TOTAL	
RECEITA CORRENTE	113.816.250,00	104,88%	134.251.144,24	108,22%	20.434.894,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.208.000,00	10,33%	14.623.117,32	11,79%	3.415.117,32
Receita de Contribuições	1.596.000,00	1,47%	1.750.065,71	1,41%	154.065,71
Receita Patrimonial	218.000,00	0,20%	841.834,32	0,68%	623.834,32
Receita Agropecuária	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita Industrial	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita de Serviços	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências Correntes	100.593.250,00	92,69%	116.815.421,30	94,17%	16.222.171,30
Outras Receitas Correntes	201.000,00	0,19%	220.705,59	0,18%	19.705,59
RECEITA DE CAPITAL	3.887.000,00	3,58%	1.240.117,17	1,00%	- 2.646.882,83
Operações de Crédito	-	0,00%	-	0,00%	-
Alienação de Bens	-	0,00%	222.963,50	0,18%	222.963,50
Amortização de Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Capital	3.887.000,00	3,58%	1.017.153,67	0,82%	- 2.869.846,33
Outras Receitas de Capital	-	0,00%	-	0,00%	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 9.178.250,00	-8,46%	- 11.442.991,19	-9,22%	- 2.264.741,19
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL DA RECEITA	108.525.000,00	100,00%	124.048.270,22	100,00%	15.523.270,22

Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64)

RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA (PREVISTA X ARRECADADA)	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
R\$ 108.525.000,00	R\$ 124.048.270,51	R\$ 15.523.270,51	114,30%



A receita prevista atualizada para o exercício de 2021 foi de R\$ 108.525.000,00, sendo realizado o total de receitas de R\$ 124.048.270,51 atingindo o percentual de aplicação de 114,30%, ou seja, o Município de Toritama arrecadou a maior R\$ 15.523.270,51.

A seguir demonstra-se a série histórica de arrecadação total do Município no período de 2017 a 2021:

RECEITA	Exercício de 2017		Exercício de 2018		Exercício de 2019		Exercício de 2020		Exercício de 2021	
	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL
RECEITA CORRENTE	R\$ 74.754.334,02	98,64%	R\$ 82.490.821,97	96,59%	R\$ 93.389.689,18	94,13%	R\$ 99.542.419,19	93,87%	R\$ 122.808.153,34	99,00%
Receita Tributária	R\$ 6.200.239,21	8,18%	R\$ 6.978.506,84	8,17%	R\$ 9.005.387,79	9,08%	R\$ 9.128.191,24	8,61%	R\$ 11.834.124,40	9,54%
IPU	R\$ 991.689,09	1,31%	R\$ 1.573.747,77	1,84%	R\$ 1.431.943,36	1,44%	R\$ 1.943.976,54	1,83%	R\$ 1.981.873,31	1,60%
ISS	R\$ 1.214.432,38	1,60%	R\$ 1.293.920,21	1,52%	R\$ 1.590.725,47	1,60%	R\$ 1.584.643,50	1,49%	R\$ 1.621.021,65	1,31%
Taxas	R\$ 1.957.935,66	2,58%	R\$ 2.038.224,76	2,39%	R\$ 3.739.522,51	3,77%	R\$ 2.665.447,85	2,51%	R\$ 2.929.528,89	2,36%
IRRF	R\$ 1.959.975,55	2,59%	R\$ 1.961.005,26	2,30%	R\$ 2.078.830,60	2,10%	R\$ 2.690.618,41	2,54%	R\$ 5.009.722,47	4,04%
Outras Receitas Tributárias (ITBI)	R\$ 76.206,53	0,10%	R\$ 111.608,84	0,13%	R\$ 164.365,85	0,17%	R\$ 243.504,94	0,23%	R\$ 291.978,08	0,24%
Receita de Contribuições	R\$ 1.608.009,26	2,12%	R\$ 1.718.478,40	2,01%	R\$ 1.584.925,22	1,60%	R\$ 1.599.396,30	1,51%	R\$ 1.750.065,71	1,41%
Receita Patrimonial	R\$ 659.473,89	0,87%	R\$ 157.121,89	0,18%	R\$ 217.199,33	0,22%	R\$ 579.442,37	0,55%	R\$ 841.834,32	0,68%
Receita Agropecuária	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
Receita Industrial	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 121.727,04	0,16%	R\$ 1.327.785,01	1,55%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
Transferências Correntes	R\$ 63.593.101,53	83,91%	R\$ 70.112.697,81	82,10%	R\$ 80.257.941,36	80,90%	R\$ 86.467.623,61	81,54%	R\$ 105.372.430,40	84,94%
Cota-Parte do FPM (Incluso 1% de julho a dezembro)	R\$ 25.801.161,35	34,04%	R\$ 30.597.946,30	35,83%	R\$ 33.289.646,29	33,55%	R\$ 31.838.206,14	30,02%	R\$ 42.449.411,12	34,22%
Transf. de Recursos do SUS - FNS	R\$ 5.597.785,78	7,39%	R\$ 7.201.208,54	8,43%	R\$ 10.033.432,41	10,11%	R\$ 11.097.999,37	10,47%	R\$ 8.969.154,78	7,23%
Transf. de Recursos do FNAS	R\$ 807.613,24	1,07%	R\$ 862.185,82	1,01%	R\$ 692.964,88	0,70%	R\$ 833.112,91	0,79%	R\$ 378.879,69	0,31%
Transf. de Recursos do FNEE	R\$ 1.968.469,08	2,60%	R\$ 2.142.476,01	2,51%	R\$ 2.003.786,97	2,02%	R\$ 1.833.885,09	1,73%	R\$ 1.984.635,01	1,60%
FUNDEF	R\$ 23.066.381,40	30,44%	R\$ 23.368.487,58	27,36%	R\$ 26.135.813,51	26,34%	R\$ 26.994.931,67	25,46%	R\$ 43.699.794,80	35,23%
ICMS	R\$ 10.363.093,84	13,67%	R\$ 10.899.308,73	12,76%	R\$ 11.828.642,12	11,92%	R\$ 11.945.683,78	11,77%	R\$ 14.485.080,71	11,68%
IPVA	R\$ 2.386.449,89	3,15%	R\$ 2.694.016,68	3,15%	R\$ 3.024.396,34	3,05%	R\$ 3.143.899,94	2,96%	R\$ 3.452.240,38	2,78%
Outras Transferências Correntes (Incluindo em 2019 o Cessão Oneroso R\$ 1.601.893,54)	R\$ 896.216,36	1,18%	R\$ 706.856,74	0,83%	R\$ 2.358.693,99	2,38%	R\$ 7.646.565,53	7,21%	R\$ 1.393.784,08	1,12%
(-) Deduções da Receita	R\$ 7.294.069,41	-9,62%	R\$ 8.359.788,59	-9,79%	R\$ 9.109.435,15	-9,18%	R\$ 8.866.660,82	-8,36%	R\$ 11.440.550,17	-9,22%
Outras Receitas Correntes	R\$ 2.571.783,09	3,39%	R\$ 2.196.232,02	2,57%	R\$ 2.324.235,48	2,34%	R\$ 1.767.765,67	1,67%	R\$ 3.009.698,51	2,43%
Dívida Ativa	R\$ 1.660.092,96	2,19%	R\$ 1.737.565,31	2,03%	R\$ 1.809.221,64	1,82%	R\$ 1.168.773,53	1,10%	R\$ 2.535.049,22	2,04%
Demais Receitas	R\$ 911.690,13	1,20%	R\$ 458.666,71	0,54%	R\$ 515.013,84	0,52%	R\$ 598.992,14	0,56%	R\$ 474.649,29	0,38%
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 1.033.216,33	1,36%	R\$ 2.909.837,63	3,41%	R\$ 5.822.486,96	5,87%	R\$ 6.496.784,08	6,13%	R\$ 1.240.117,17	1,00%
Operações de Crédito	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 5.000.000,00	5,04%	R\$ 5.000.000,00	4,72%	R\$ -	0,00%
Alienação de Bens	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 206.700,00	0,19%	R\$ 222.963,50	0,18%
Amortização de Empréstimos	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 1.033.216,33	1,36%	R\$ 2.909.837,63	3,41%	R\$ 822.486,96	0,83%	R\$ 1.290.084,08	1,22%	R\$ 1.017.153,67	0,82%
Outras Receitas de Capital	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
TOTAL DA RECEITA	R\$ 75.787.550,35	100%	R\$ 85.400.659,60	100%	R\$ 99.212.176,14	100%	R\$ 106.039.203,27	100%	R\$ 124.048.270,51	100%

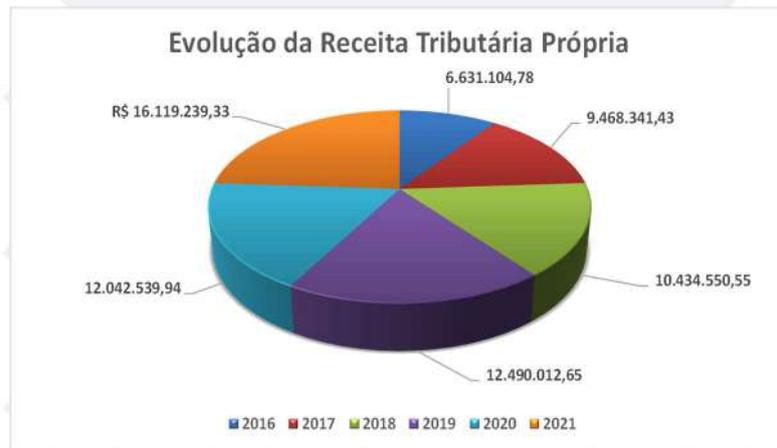
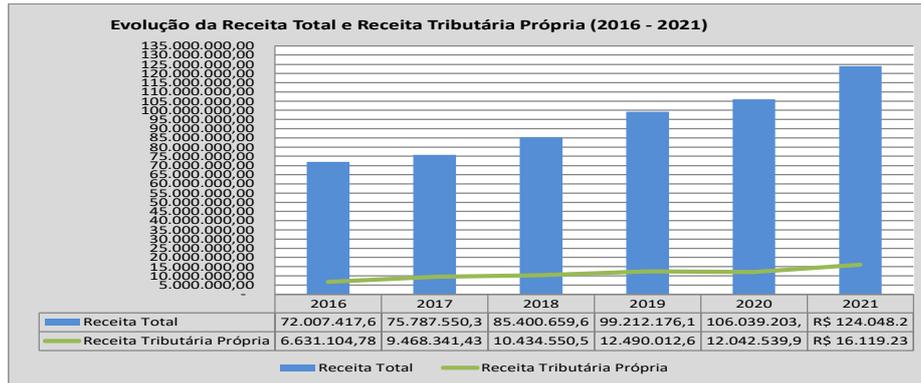
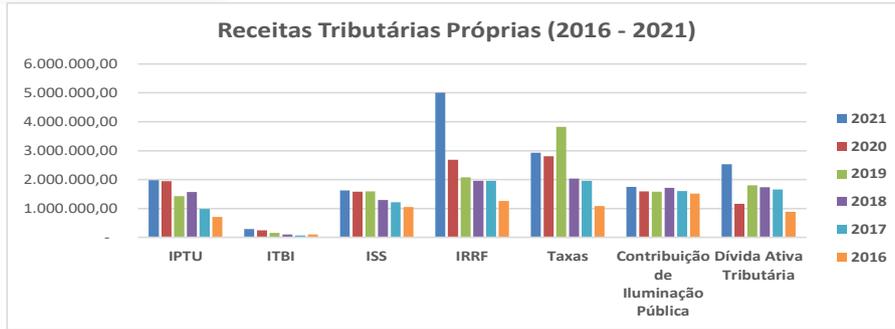
FONTES: 1. Informações extraídas das prestações de contas dos respectivos exercícios; 2. Estão sendo computados na linha da Dívida Ativa Tributária as receitas de origens Impostos e Taxas.



As receitas tributárias próprias (IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida Ativa Tributária) do Município de Toritama perfizeram em 2021 um total de R\$ 16.119.239,33, equivalentes a 12,99% das receitas orçamentárias arrecadadas. Segue abaixo a série histórica da receita tributária própria entre 2016 a 2021:

Receitas Tributárias Próprias	Estimativa de Receita 2021	Receitas Tributárias Próprias Arrecadadas						
		2021	Variáveis (%) 2021/2020	2020	2019	2018	2017	2016
IPTU (Principal)	1.442.000,00	1.981.873,31	1,95%	1.943.976,54	1.431.943,36	1.573.747,77	991.689,09	712.081,37
ITBI (Principal)	165.000,00	291.978,08	19,91%	243.504,94	164.365,85	111.608,84	76.206,53	103.551,24
ISS (Principal)	1.602.000,00	1.621.021,65	2,30%	1.584.643,50	1.590.725,47	1.293.920,21	1.214.432,38	1.051.963,43
IRRF	2.091.000,00	5.009.722,47	86,19%	2.690.618,41	2.078.830,60	1.961.005,26	1.959.975,55	1.268.620,35
Taxas (Principal)	3.282.000,00	2.929.528,89	4,19%	2.811.626,72	3.830.000,51	2.038.224,76	1.957.935,66	1.089.561,09
Contribuição de Iluminação Pública	1.596.000,00	1.750.065,71	9,42%	1.599.396,30	1.584.925,22	1.718.478,40	1.608.009,26	1.516.854,89
Dívida Ativa Tributária (Principal)	2.308.000,00	2.535.049,22	116,90%	1.168.773,53	1.809.221,64	1.737.565,31	1.660.092,96	888.472,41
TOTAL	12.486.000,00	16.119.239,33	33,85%	12.042.539,94	12.490.012,65	10.434.550,55	9.468.341,43	6.631.104,78

Observação: 1. Estão sendo computados na linha da Dívida Ativa Tributária as receitas de origens Impostos e Taxas.



Em 2021, o município possui uma população total de 47.088 habitantes (conforme estimativa do IBGE), gerando uma receita tributária própria por habitante de R\$ 342,32.

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA POR HABITANTE	<u>16.119.239,33</u>	R\$ 342,32
	47.088	

Entre 2015 e 2021, a situação da receita tributária própria por habitante foi a seguinte:



Fonte: Considerando a população de 42.123 habitantes em 2015 e 2016, 44.189 habitantes em 2017, 44.254 habitantes em 2018, 45.219 habitantes em 2019, 46.164 habitantes para 2020 e 47.088 para 2021 (IBGE).

2.1.3. – Despesa Executada

Entre 2017 e 2021, a despesa por função executada comportou-se da seguinte forma:

FUNÇÃO	EXERCÍCIO DE 2017		EXERCÍCIO DE 2018		EXERCÍCIO DE 2019		EXERCÍCIO DE 2020		EXERCÍCIO DE 2021	
	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO						
01 - Legislativa	2.744.364,74	3,58%	2.926.141,82	3,33%	3.360.189,54	3,61%	2.932.815,53	2,97%	3.137.710,69	2,62%
02 - Judiciária	-	0,00%	513.832,85	0,58%	559.711,01	0,60%	495.387,96	0,50%	503.027,55	0,42%
03 - Essencial à Justiça	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
04 - Administração	10.417.822,16	13,60%	11.820.387,78	13,45%	10.283.802,62	11,06%	9.876.749,27	10,02%	10.833.801,87	9,03%
05 - Defesa Nacional	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
06 - Segurança Pública	211.601,82	0,28%	1.213.854,60	1,38%	1.253.203,27	1,35%	1.383.554,53	1,40%	1.486.247,64	1,24%
07 - Relações Exteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
08 - Assistência Social	3.499.757,55	4,57%	3.714.162,99	4,23%	3.653.481,53	3,93%	3.112.681,77	3,16%	3.163.003,61	2,64%
09 - Previdência Social	-	0,00%	261.577,84	0,30%	256.591,10	0,28%	263.709,34	0,27%	240.143,07	0,20%
10 - Saúde	17.125.231,77	22,35%	18.929.614,27	21,54%	18.990.842,98	20,42%	21.205.544,10	21,51%	27.531.222,92	22,96%
11 - Trabalho	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12 - Educação	31.010.916,50	40,47%	33.812.069,95	38,48%	34.704.056,68	37,31%	33.769.366,25	34,25%	50.443.186,68	42,06%
13 - Cultura	1.320.283,94	1,72%	1.792.078,42	2,04%	1.783.749,96	1,92%	911.946,25	0,92%	1.020.537,66	0,85%
14 - Direitos da Cidadania	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
15 - Urbanismo	8.247.539,34	10,76%	10.230.235,98	11,64%	10.821.838,51	11,63%	13.494.883,38	13,69%	15.044.584,94	12,54%
16 - Habitação	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
17 - Saneamento	-	0,00%	-	0,00%	8.686,85	0,01%	-	0,00%	-	0,00%
18 - Gestão Ambiental	838.259,50	1,09%	1.599.740,53	1,82%	1.649.879,51	1,77%	1.695.055,38	1,72%	2.092.913,72	1,75%
19 - Ciência e Tecnologia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
20 - Agricultura	202.197,41	0,26%	3.401,04	0,00%	231.304,62	0,25%	775.575,34	0,79%	856.074,36	0,71%
21 - Organização Agrária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
22 - Indústria	59.280,68	0,08%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
23 - Comércio e Serviços	202.457,96	0,26%	225.000,00	0,26%	4.159.537,50	4,47%	6.848.490,02	6,95%	1.441.292,04	1,20%
24 - Comunicações	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
25 - Energia	-	0,00%	-	0,00%	82.003,90	0,09%	-	0,00%	-	0,00%
26 - Transporte	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
27 - Desporto e Lazer	42.870,04	0,06%	-	0,00%	8.000,00	0,01%	656.736,00	0,67%	18.671,56	0,02%
28 - Encargos Especiais	701.281,58	0,92%	837.026,47	0,95%	1.216.016,92	1,31%	1.169.011,75	1,19%	2.122.217,93	1,77%
TOTAL	76.623.864,99	100,00%	87.879.124,54	100,00%	93.022.896,50	100,00%	98.591.506,87	100,00%	119.934.636,24	100,00%



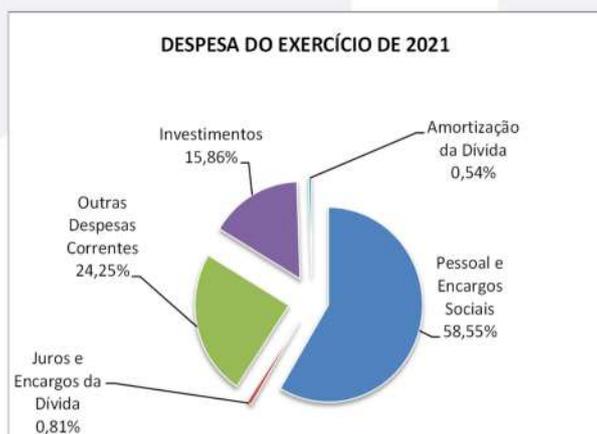
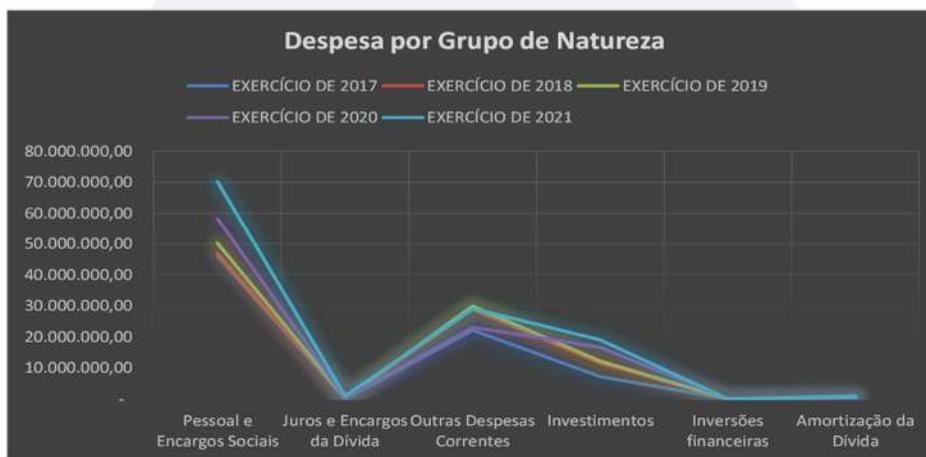


Evolução da Despesa Total - (2016 - 2021)



Abaixo verifica-se o comportamento da despesa por categoria econômica no período de 2017-2021:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	EXERCÍCIO DE 2017		EXERCÍCIO DE 2018		EXERCÍCIO DE 2019		EXERCÍCIO DE 2020		EXERCÍCIO DE 2021	
	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO						
Despesas Correntes	R\$ 68.335.328,39	77,76%	R\$ 75.953.011,52	81,65%	R\$ 80.393.856,81	86,42%	R\$ 81.600.687,58	82,77%	R\$ 100.264.944,97	83,60%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 46.162.151,32	52,53%	R\$ 47.032.707,24	50,56%	R\$ 50.231.773,91	54,00%	R\$ 58.168.655,24	59,00%	R\$ 70.219.479,22	58,55%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 291.682,40	0,31%	R\$ 320.274,23	0,32%	R\$ 966.984,90	0,81%
Outras Despesas Correntes	R\$ 22.173.177,07	25,23%	R\$ 28.920.304,28	31,09%	R\$ 29.870.400,50	32,11%	R\$ 23.111.758,11	23,44%	R\$ 29.078.480,85	24,25%
Despesas de Capital	R\$ 8.288.536,60	9,43%	R\$ 11.926.113,02	12,82%	R\$ 12.629.039,69	13,58%	R\$ 16.990.819,29	17,23%	R\$ 19.669.691,27	16,40%
Investimentos	R\$ 7.184.271,62	8,18%	R\$ 11.556.733,64	12,42%	R\$ 12.226.256,15	13,14%	R\$ 16.653.322,17	16,89%	R\$ 19.017.800,02	15,86%
Inversões financeiras	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%						
Amortização da Dívida	R\$ 1.104.264,98	1,26%	R\$ 369.379,38	0,40%	R\$ 402.783,54	0,43%	R\$ 337.497,12	0,34%	R\$ 651.891,25	0,54%
TOTAL	R\$ 76.623.864,99	87,19%	R\$ 87.879.124,54	94,47%	R\$ 93.022.896,50	100,00%	R\$ 98.591.506,87	100,00%	R\$ 119.934.636,24	100,00%

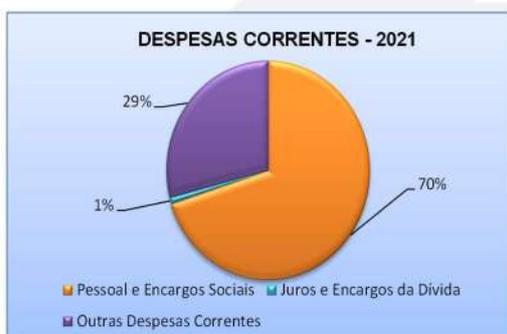
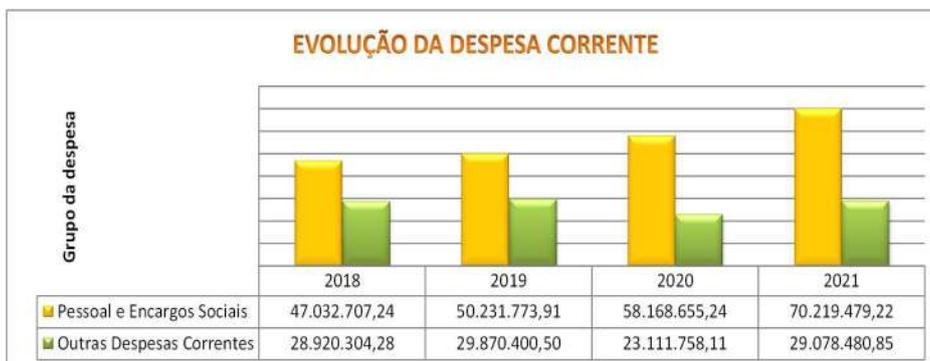


DESPESA FIXADA	DESPESA ATUALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO SOBRE DESPESA ATUALIZADA
R\$ 108.525.000,00	121.431.538,01	R\$ 119.934.636,24	1.496.901,77	98,77%



A despesa executada foi aplicada o percentual de 98,77% da despesa atualizada, enquanto a receita arrecadada foi aplicada o percentual de 114,30% da receita prevista, resultando em superávit orçamentário no valor de R\$ 4.113.634,27.

Abaixo verifica-se a despesa por categoria econômica:



Segue abaixo, série histórica do percentual de aplicação com investimento relativo ao total da receita realizada:



SÉRIE HISTÓRICA DO PERCENTUAL DE APLICAÇÃO COM INVESTIMENTOS RELATIVO AO TOTAL DA RECEITA REALIZADA			
EXERCÍCIO	TOTAL DA RECEITA ARRECADADA (A)	TOTAL DA DESPESA COM INVESTIMENTOS (B)	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO C=(B/A)
2009	R\$ 25.152.123,18	R\$ 410.983,90	1,63%
2010	R\$ 30.234.116,60	R\$ 1.745.589,27	5,77%
2011	R\$ 37.088.882,58	R\$ 3.139.233,01	8,46%
2012	R\$ 41.370.229,12	R\$ 1.872.923,80	4,53%
2013	R\$ 49.116.021,95	R\$ 944.569,75	1,92%
2014	R\$ 59.948.758,68	R\$ 2.400.974,76	4,01%
2015	R\$ 63.547.320,96	R\$ 1.352.586,89	2,13%
2016	R\$ 72.007.417,69	R\$ 273.040,48	0,38%
2017	R\$ 75.787.550,35	R\$ 7.184.271,62	9,48%
2018	R\$ 85.400.659,60	R\$ 11.556.733,64	13,53%
2019	R\$ 99.212.176,14	R\$ 12.226.256,15	12,32%
2020	R\$ 106.039.203,27	R\$ 16.653.322,17	15,70%
2021	R\$ 124.048.270,51	R\$ 19.017.800,02	15,33%



2.2 - Análise Financeira e Patrimonial

2.2.1. Índices de Liquidez

Desde do exercício de 2017 que o Município vem crescendo os índices de liquidez, apresentando resultados relevantes, principalmente a partir do exercício de 2019. No exercício de 2021 esses índices aumentaram consideravelmente, apresentando excelentes resultados, originários de superávit financeiro de R\$ 12.418.435,28 correspondente ao exercício de 2020, e no exercício de 2021 o Município continuou com crescimento na arrecadação e contenção de despesas, que gerou superávit orçamentário de R\$ 4.113.634,27 e superávit financeiro de R\$ 16.549.685,36. Seguem abaixo detalhamentos dos índices:

2.2.1.1. Liquidez Imediata

A liquidez imediata demonstra a capacidade do município em honrar imediatamente suas dívidas de curtos prazo (passivo circulante) contando apenas com os recursos em caixa e bancos, ou seja, suas disponibilidades. A seguir observa-se o indicador ao longo dos exercícios de 2016 a 2021:

Descrição	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Disponível	19.279.792,10	14.786.515,33	10.764.795,40	6.647.021,69	6.169.007,57	5.532.218,41
Passivo Circulante	2.271.549,30	2.301.441,64	5.235.215,39	8.408.603,82	11.206.240,32	10.803.447,01
LÍQUIDEZ IMEDIATA	17.008.242,80	12.485.073,69	5.529.580,01	1.761.582,13	5.037.232,75	5.271.228,60
Índice de Liquidez Imediata	8,49	6,42	2,06	0,79	0,55	0,51

Fonte: Balanço Patrimonial



Verifica-se que o índice de liquidez imediata passou de 6,42 para 8,49 em relação ao exercício anterior, demonstra que a Municipalidade possui recursos disponíveis suficiente para arcar com suas despesas a curto prazo.

2.2.1.2. Liquidez Corrente

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas do município a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos circulantes superiores a ativos de mesma natureza revela restrições na capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo. Segue abaixo o cálculo da liquidez corrente referente aos exercícios de 2016 a 2021:

Descrição	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Ativo Circulante	23.138.049,47	18.377.925,25	15.033.795,02	10.341.152,52	12.614.698,97	5.680.379,57
Passivo Circulante	2.271.549,30	2.301.441,64	5.235.215,39	8.408.603,82	11.206.240,32	10.803.447,01
Superávit / Déficit Financeiro	20.866.500,17	16.076.483,61	9.798.579,63	1.932.548,70	1.408.458,65	- 5.123.067,44
Índice de Liquidez Corrente	10,19	7,99	2,87	1,23	1,13	0,53

Fonte: Balanço Patrimonial

A liquidez corrente positiva do município em 2021 demonstra a capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo, onde parte de um indicador de 7,99 em 2020 para 10,19 em 2021, um crescimento bastante relevante em sua capacidade de pagamento em relação ao exercício de 2016.

2.2.2. Dívida Ativa

As importâncias referentes a tributos, multas e créditos em favor do município, lançados e não recolhidos no exercício constituem a dívida ativa municipal, que alcançou no exercício de 2021 o valor de R\$ 80.856.825,19 (tributária e não tributária). Verifica-se a seguir a evolução entre os exercícios de 2016 a 2021:

Descrição	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Valor da Dívida Ativa	80.856.825,19	67.423.195,04	56.373.624,76	47.922.312,60	39.063.656,13	35.405.445,78
Recebimentos	R\$ 2.535.049,22	R\$ 1.168.773,53	R\$ 1.809.221,64	R\$ 1.737.565,31	R\$ 1.660.092,96	R\$ 888.472,41
% Recebimento*	3,76%	2,07%	3,78%	4,45%	4,69%	2,51%

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício

* No Exercício de 2015, o saldo final da Dívida Ativa foi de R\$ 29.230.013,55, conforme Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício 2018.



Foi realizado a provisão de ajustes para perdas de créditos tributários a longo prazo estimada no valor de R\$ -77.714.734,44, conforme Anexo 14 da Lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.



2.2.3. Restos a pagar

No que se refere aos restos a pagar, observam-se os seguintes quocientes de inscrição:

Quociente de inscrição de restos a pagar processados (QIRPP):

QIRPP =	Restos a pagar processados inscritos =	2.192.055,98 =	0,02
	Total da despesa empenhada	119.934.636,24	

Quociente de inscrição de restos a pagar não processados (QIRPNP):

QIRPNP =	Restos a pagar não processados inscrit	458.557,44 =	0,004
	Total da despesa empenhada	119.934.636,24	

A seguir demonstra-se o comportamento da inscrição em restos a pagar processados e não processados entre os exercícios de 2019 a 2021:



2.2.4. Dívida Consolidada

A dívida consolidada no exercício de 2021 diminuiu em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 26.914.657,85, para R\$ 26.262.766,60. As tabelas seguintes demonstram os componentes mais representativos da dívida e suas variações no exercício:

DÍVIDA CONSOLIDADA		
Descrição	Valor (R\$)	% do Total
Operação de Crédito - FINISA	9.797.108,58	37,30%
INSS	16.465.658,02	62,70%
Outras obrigações legais	-	0,00%
TOTAL	26.262.766,60	100,00%

FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)

Variação no Exercício				
Descrição	Saldo Inicial	Inscrição	Baixa	Saldo Final
Operação de Crédito - FINISA	10.000.000,00	-	202.891,42	9.797.108,58
INSS	16.914.657,85	-	448.999,83	16.465.658,02
Outras obrigações legais	-	-	-	-
TOTAL	26.914.657,85	-	651.891,25	26.262.766,60

FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)



3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores

O art. 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, determina que a despesa total do poder legislativo municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais incidentes sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior:

Percentual	Descrição
7%	Para Municípios com população de até 100.000 habitantes
6%	Para Municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes
5%	Para Municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes
4,5%	Para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes
4%	Para Municípios com população entre 3.000.001 e 8.000.000 de habitantes
3,5%	Para Municípios com população acima de 8.000.001 habitantes.

Fonte: Redação da EC 58/2009.

O § 2º da EC 25/2000, dispõe que o Prefeito poderá ser responsabilizado criminalmente na ocorrência das seguintes hipóteses:

- I- Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo,
- II- Não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês;
- III- Enviá-lo a menor que a proporção fixada na Lei Orçamentária.

Sendo a população de Toritama na ordem de 47.088 habitantes, aplica-se o índice de 7%, previsto no dispositivo acima, ou seja, aplica-se 7% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior.

Observa-se a seguir o cálculo do limite definido no caput do Art. 29-A da Constituição Federal de 1988:



Descrição	Valor (R\$)
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	11.642.930,40
1.1. IPTU	1.943.976,54
1.2. ISS	1.584.643,50
1.3. ITBI	243.504,94
1.4. IRRF (retido pelo Município)	2.690.618,41
1.5. Taxas	3.457.069,39
1.6. Contribuições de Melhoria	-
1.7. COSIP	1.599.396,30
1.8. Multa e Juros de natureza tributária	123.721,32
2. TRANSFERÊNCIAS	46.998.047,01
2.1. Cota IOF - ouro	-
2.2. Cota ITR	603,50
2.3. Cota IPVA	3.143.899,94
2.4. Cota ICMS	11.945.683,78
2.5. Cota IPI	36.343,60
2.6. Cota FPM	31.838.206,14
2.7. Cota ICMS - Desoneração	-
2.8. CIDE	33.310,05
3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	523.330,86
3.1. Dívida Ativa Tributária	523.330,86
4. RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA = (1+2+3)	59.164.308,27
5. Percentual estabelecido para o Município de acordo com a população	7%
6. Valor do 1º LIMITE = (4x5)	4.141.501,58

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Segundo dados do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, exercício anterior e o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, exercício de 2021 foi apurado o limite para o repasse de duodécimo ao Poder Legislativo chegando-se ao seguinte:

TOTAL DE DUODÉCIMOS REPASSADOS À CÂMARA DE VEREADORES	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
Limite Constitucional- Art. 29-A	4.141.501,58
Valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA)	5.090.000,00
Valor permitido	4.141.501,58
Valor efetivamente repassado à Câmara	4.141.501,60

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Comparativo da despesa autorizada com a realizada.

Demonstrativo que evidencie os repasses e duodécimos feitos à Câmara Municipal, com os valores e datas dos repasses mês a mês.

Observa-se acima que foi repassado à Câmara o valor de R\$ 0,02 a maior, provavelmente devido a questão de fórmula de arredondamento, valor bastante irrelevante.

A tabela abaixo demonstra os repasses realizados no exercício de 2021:



REPASSE CONCEDIDO A CÂMARA		
EXERCÍCIO DE 2021	VALOR REPASSADO	Data do Repasse
	Duodécimo	
janeiro	355.589,12	18/01/2021
fevereiro	355.589,12	18/02/2021
março	355.589,12	16/03/2021
abril	355.589,12	16/04/2021
maio	339.893,14	19/05/2021
junho	339.893,14	18/06/2021
julho	339.893,14	19/07/2021
agosto	339.893,14	18/08/2021
setembro	339.893,14	17/09/2021
outubro	339.893,14	19/10/2021
novembro	339.893,14	18/11/2021
dezembro	339.893,14	16/12/2021
TOTAL	R\$ 4.141.501,60	

Conforme o levantamento dos repasses realizados pelo Município à Câmara de Vereadores, verifica-se que foram os valores permitidos, sendo desta forma, considerado cumprido o artigo 29-A.

Constatou-se que os repasses foram efetuados até o dia 20 de cada mês, conforme preceitua o inciso II do parágrafo 2º do artigo 29-A, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

4. Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida do exercício de 2021, alcançou o total de R\$ 122.808.153,34 e R\$ 119.865.079,34 a Receita Corrente Líquida Ajustada, conforme verifica-se a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
1. RECEITAS CORRENTES	134.248.703,51
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.623.117,32
1.2. Receitas de Contribuições	1.750.065,71
1.3. Receitas Patrimoniais	841.834,32
1.4. Receitas Agropecuária	-
1.5. Receitas Industriais	-
1.6. Receitas de Serviços	-
1.7. Transferências Correntes	116.812.980,57
1.8. Outras Receitas Correntes	220.705,59
2. (-) DEDUÇÕES	- 11.440.550,17
2.1. Contribuição dos segurados para o RPPS	-
2.2. Compensação financeira entre regime previdenciários	-
2.3. Dedução da Receita para formação do FUNDEB	- 11.440.550,17
2.4. Duplicidades	-
3. TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1 - 2)	122.808.153,34
4. (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 1	2.943.074,00
5. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	119.865.079,34

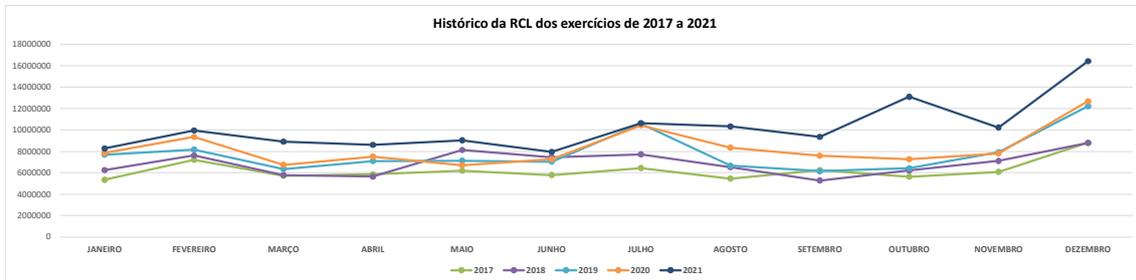
Fonte: Anexo 3 do RREO do 6º bimestre/2021.

Observa-se abaixo a Receita Corrente Líquida Mensal por Entidade no exercício de 2021.

ORGÃO	EXERCÍCIO DE 2021												TOTAL POR ÓRGÃO EM 2021
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
PREFEITURA	7.994.108,41	9.488.359,96	8.240.054,93	8.098.827,09	8.265.148,44	7.395.117,75	9.569.118,44	9.749.578,65	8.349.220,29	10.622.491,88	9.719.684,84	15.467.509,13	112.959.219,61
FUNDO DE SAÚDE	276.006,28	454.250,17	619.787,96	494.942,24	722.006,52	500.281,01	1.027.754,35	540.489,67	974.196,45	2.447.769,34	465.674,96	904.642,79	9.427.781,74
FMS	35,53	14.282,89	43.632,94	14.515,90	42.241,27	53.054,21	43.631,47	43.331,27	27.005,90	36.146,34	39.977,48	63.316,79	421.161,99
CTTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONIAPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DA RCL	8.270.150,22	9.956.873,02	8.903.455,83	8.608.285,23	9.029.396,23	7.948.452,97	10.640.504,26	10.333.399,99	9.350.422,64	13.106.407,56	10.225.337,08	16.435.468,71	122.808.153,34



HISTÓRICO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS EXERCÍCIOS DE 2017 A 2021													
EXERCÍCIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL DARCL POR EXERCÍCIO
2017	5.344.622,12	7.207.540,52	5.726.766,27	5.852.416,63	6.192.172,49	5.780.598,96	6.445.367,92	5.454.529,21	6.239.404,10	5.632.096,07	6.079.256,01	8.799.563,72	74.754.334,02
2018	6.253.971,15	7.621.961,85	5.783.698,49	5.639.636,69	8.120.443,66	7.454.990,44	7.722.791,78	6.518.221,03	5.280.709,17	6.208.406,17	7.099.335,11	8.786.656,43	82.490.821,97
2019	7.694.268,97	8.166.940,78	6.351.114,57	7.093.784,92	7.125.707,60	7.025.737,22	10.577.081,24	6.650.531,28	6.146.139,59	6.417.443,78	7.926.235,31	12.214.703,92	93.389.689,18
2020	7.855.750,24	9.348.311,93	6.737.574,05	7.507.179,07	6.695.031,15	7.262.532,02	10.435.250,64	8.355.161,91	7.594.627,30	7.259.620,08	7.812.036,43	12.679.344,37	99.542.419,19
2021	8.270.150,22	9.956.873,02	8.903.455,83	8.608.285,23	9.029.396,23	7.948.452,97	10.640.504,26	10.333.399,59	9.360.422,64	13.106.407,56	10.225.337,08	16.435.468,71	122.808.153,34



5. Despesa total com pessoal

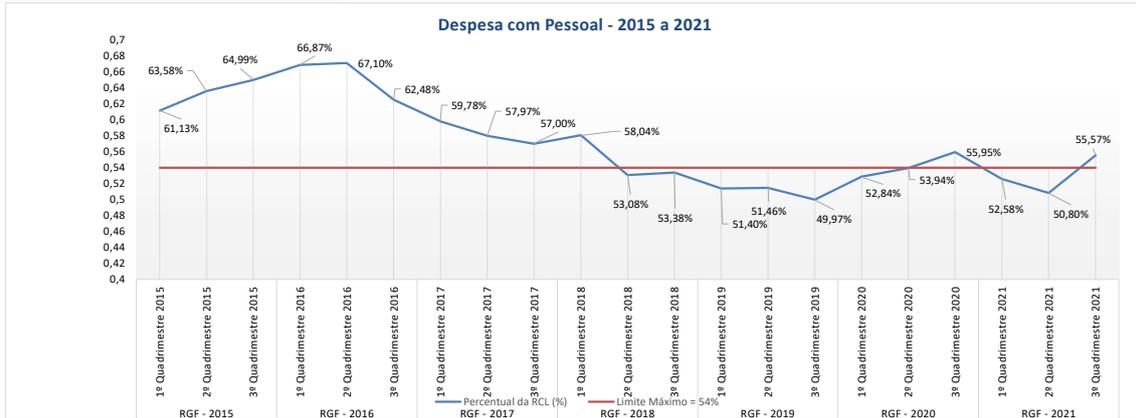
Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), art. 20, inciso III, a despesa total com pessoal do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida do período de apuração.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo, no último quadrimestre do exercício de 2021, alcançou R\$ 66.607.709,12, representando um percentual de 55,57% em relação a Receita Corrente Líquida Ajustada, no 1º e 2º quadrimestres o Município se enquadrou no limite estabelecido no citado dispositivo legal. Mas, no 3º quadrimestre houve um acréscimo de R\$ 1.880.566,28 na despesa com pessoal sobre o limite máximo (54% = R\$ 64.727.142,84), que representa +1,57% da RCL ajustada.

DESPESA COM PESSOAL		
RCL:	R\$	122.808.153,34
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas	R\$	2.943.074,00
RCL Ajustada:	R\$	119.865.079,34
DP:	R\$	66.607.709,12
PERCENTUAL:		55,57%

DESPESA COM PESSOAL			
Despesa	RGF - 2021		
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Despesa com Pessoal	54.038.668,00	54.945.873,60	66.607.709,12
Receita Corrente Líquida Ajustada	102.782.368,20	108.151.363,17	119.865.079,34
Percentual da RCL (%)	52,58%	50,80%	55,57%

A tabela abaixo demonstra a trajetória do comprometimento da despesa com pessoal quadrimestralmente nos exercícios de 2015 a 2021:



6. Dívida Consolidada Líquida

O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

O percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida Ajustada para a Dívida Consolidada Líquida está bem abaixo do limite máximo permitido, conforme apuração abaixo:

Descrição	Valor (R\$)
Dívida Consolidada - (DC) - (I)	26.262.766,60
Dívida Mobiliária	-
Dívida Contratual	16.465.658,02
INSS	16.465.658,02
PASEP	-
Demais dívidas contratuais	-
Precatórios	-
Outras Dívidas (FINISA)	9.797.108,58
DEDUÇÕES (II)	17.087.736,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.279.792,10
(-) Restos a Pagar Processados	2.192.055,98
Demais Haveres Financeiros	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL = (1+2)	9.175.030,48
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	122.808.153,34
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	2.943.074,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	119.865.079,34
COMPROMETIMENTO DA DCL = (DCL/RCL Ajustada)X100(%)	7,65%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO - 120%	143.838.095,21
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	129.454.285,69

Conforme evidenciado, a dívida consolidada líquida é de R\$ 9.175.030,48, correspondente a 7,65% sobre a receita corrente líquida ajustada, estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.



7. Operação de Crédito

O Município não realizou Operações de Crédito no exercício de 2021, por conseguinte, não há o que relatar a este respeito pelo Sistema de Controle Interno.

8. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

De acordo com o art. 212 da Constituição Federal os Municípios deverão aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no mínimo 25% da Receita Resultante de Impostos (RRI), incluindo as transferências estaduais e federais. A tabela abaixo demonstra a aplicação das RRI nas despesas com MDE no exercício de 2021:

RECEITAS E DESPESAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO (MDE)	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2021
Receitas Resultantes de Impostos - RRI (Art. 212 da CF)	70.460.836,31
Valor mínimo a aplicar no MDE (25% da RRI)	17.615.209,08
Despesas Típicas de MDE para fins de Limite	18.724.196,57
% Aplicado da RRI em MDE	26,57%

Fonte: Anexo 08 do 6º bimestre do RREO de 2021

O Município aplicou um montante de R\$ 17.615.209,08, que corresponde a um percentual de 26,57%, cumprindo a exigência de aplicação contida no caput do art. 212 da Constituição Federal (25%).

9. Aplicação na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, preceitua em seu art. 26 que pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal.

Observando o montante de recursos registrados nos demonstrativos da receita do FUNDEB a Prefeitura de Toritama aplicou, em 2021, R\$ 31.063.678,22, equivalentes a 70,59% dos recursos anuais totais na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo a exigência contida no art. 26 da Lei Federal nº 14.113/2020.

APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
DESCRIÇÃO		VALOR
A	VALOR RECEBIDO DO FUNDEB	43.699.794,80
B	APLICAÇÃO FINANCEIRA	306.649,60
C	RECEITA TOTAL DO FUNDEB (A + B)	44.006.444,40
D	MÍNIMO A SER APLICADO: (0,70 X C)	30.804.511,08
E	TOTAL DA DESPESA COM O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA	31.063.678,22
PERCENTUAL APLICADO: (E / C X 100%)		70,59%

Fonte: Anexo 08 do 6º bimestre do RREO de 2021.



Considerando que o percentual aplicado está acima do limite mínimo exigido na legislação, constatamos que no exercício 2021, **houve o cumprimento do percentual estabelecido pelos dispositivos legais.**

10. Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde

A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada pelo art. 7º da Lei Complementar nº. 141, de 2012, onde o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se referem o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

O Município de Toritama aplicou um montante de R\$ 15.768.489,89 com gastos em ações e serviços públicos de saúde, que correspondente a um percentual de 23,46%, cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2021
Receitas para Apuração da Aplicação em ações e Serviços Públicos de Saúde	67.223.871,52
Valor mínimo a aplicar com Saúde (15%)	10.083.580,73
Despesas Com Saúde	15.768.489,89
Percentual Aplicado com Saúde	23,46%

Fonte: Anexo 12 do 6º bimestre do RREO de 2021

SUBFUNÇÃO DA SAÚDE	EXERCÍCIO DE 2021
	EMPENHADO
301 - Atenção Básica	R\$ 7.639.597,64
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 12.241.314,45
303 - Suporte profilático e Terapêutico	R\$ 418.509,38
304 - Vigilância Sanitária	R\$ 43.765,40
305 - Vigilância epidemiológica	R\$ 755.966,70
Outras subfunções (122)	R\$ 6.432.069,35
TOTAL	R\$ 27.531.222,92

Diante do exposto, a aplicação foi superior ao limite legal de 15%, estando cumprida conforme análises nos relatórios no tocante a aplicação de impostos em ações e serviços públicos de saúde em 2021.

11. Transferências Concedidas pela Prefeitura em 2021

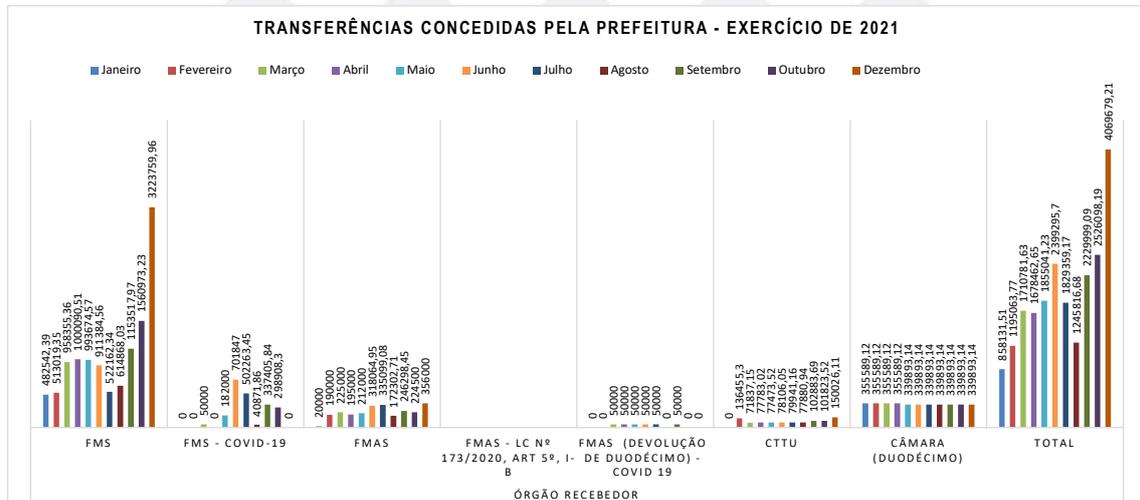
As transferências concedidas pela Prefeitura Municipal no exercício de 2021 totalizou R\$ 24.091.361,79, que representa 19,62% da RCL (R\$ 122.808.153,34), conforme evidenciado na tabela e gráfico abaixo:



TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2021

COMPETÊNCIA	ÓRGÃO RECEBEDOR						
	FMS	FMS - COVID-19	FMAS	FMAS (Devolução de Duodécimo) - COVID 19	CTTU	CÂMARA (Duodécimo)	TOTAL
Janeiro	R\$ 482.542,39	R\$ -	R\$ 20.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 355.589,12	R\$ 858.131,51
Fevereiro	R\$ 513.019,35	R\$ -	R\$ 190.000,00	R\$ -	R\$ 136.455,30	R\$ 355.589,12	R\$ 1.195.063,77
Março	R\$ 958.355,36	R\$ 50.000,00	R\$ 225.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 71.837,15	R\$ 355.589,12	R\$ 1.710.781,63
Abril	R\$ 1.000.090,51	R\$ -	R\$ 195.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 77.783,02	R\$ 355.589,12	R\$ 1.678.462,65
Mai	R\$ 993.674,57	R\$ 182.000,00	R\$ 212.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 77.473,52	R\$ 339.893,14	R\$ 1.855.041,23
Junho	R\$ 911.384,56	R\$ 701.847,00	R\$ 318.064,95	R\$ 50.000,00	R\$ 78.106,05	R\$ 339.893,14	R\$ 2.399.295,70
Julho	R\$ 522.162,34	R\$ 502.263,45	R\$ 335.099,08	R\$ 50.000,00	R\$ 79.941,16	R\$ 339.893,14	R\$ 1.829.359,17
Agosto	R\$ 614.868,03	R\$ 40.871,86	R\$ 172.302,71	R\$ -	R\$ 77.880,94	R\$ 339.893,14	R\$ 1.245.816,68
Setembro	R\$ 1.153.517,97	R\$ 337.405,84	R\$ 246.298,45	R\$ 50.000,00	R\$ 102.883,69	R\$ 339.893,14	R\$ 2.229.999,09
Outubro	R\$ 1.560.973,23	R\$ 298.908,30	R\$ 224.500,00	R\$ -	R\$ 101.823,52	R\$ 339.893,14	R\$ 2.526.098,19
Novembro	R\$ 1.705.266,42	R\$ 973,32	R\$ 224.000,00	R\$ -	R\$ 223.500,08	R\$ 339.893,14	R\$ 2.493.632,96
Dezembro	R\$ 3.223.759,96	R\$ -	R\$ 356.000,00	R\$ -	R\$ 150.026,11	R\$ 339.893,14	R\$ 4.069.679,21
TOTAL	R\$ 13.639.614,69	R\$ 2.114.269,77	R\$ 2.718.265,19	R\$ 300.000,00	R\$ 1.177.710,54	R\$ 4.141.501,60	R\$ 24.091.361,79

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA PREFEITURA - EXERCÍCIO DE 2021



12. Disponibilidade Financeira

O saldo em caixa e equivalentes de caixa, disponível em bancos, em 31/12/2020 foi de R\$ 14.786.515,33 e em 31/12/2021 foi de R\$ 19.279.792,10, observa-se uma variação positiva de 30,39%.



MUNICÍPIO DE TORITAMA

Avenida Dornival José Pereira, nº 1370, Parque das Pedras, 1370 - Parque das Pedras - Toritama/PE
CNPJ: 11.256.054/0001-39 Fone: 0813741156
<http://toritama.pe.gov.br/>

Usuário: Gesiane	Chave de Autenticação: 2052-8376-619	Página: 1 / 1
------------------	--------------------------------------	---------------

Balancete de Verificação Sintético

Código	Título	Saldo Anterior	Débito	Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021		Saldo Atual
				Crédito		
I	ATIVO	14.786.515,33 D	238.665.942,65	234.172.665,88		19.279.792,10 D
I.1	ATIVO CIRCULANTE	14.786.515,33 D	238.665.942,65	234.172.665,88		19.279.792,10 D
I.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.786.515,33 D	238.665.942,65	234.172.665,88		19.279.792,10 D
I.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	14.786.515,33 D	238.665.942,65	234.172.665,88		19.279.792,10 D
I.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDA	14.786.515,33 D	238.665.942,65	234.172.665,88		19.279.792,10 D
I.1.1.1.1.19	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	14.786.515,33 D	238.665.942,65	234.172.665,88		19.279.792,10 D
I.1.1.1.1.19.02	F DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	3.449.486,97 D	166.192.254,47	164.711.766,44		4.929.975,00 D
I.1.1.1.1.19.03	F DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	11.322.028,64 D	72.473.688,18	69.460.899,44		14.334.817,38 D
I.1.1.1.1.19.06	F DEMAIS CONTAS - BANCO ABN AMRO REAL S/A	14.999,72 D	0,00	0,00		14.999,72 D
	Total:	14.786.515,33 D	238.665.942,65	234.172.665,88		19.279.792,10 D



13. Resultado Financeiro (Superávit / Déficit) do Balanço Patrimonial

A classificação do ativo e do passivo em financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no Balanço Patrimonial (BP) de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que assim dispõe:

Art. 43 [...] § 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial					
Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021 Despesa realizada: Empenhada					
Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	19.279.792,10	14.786.515,33	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	2.730.106,74	2.368.080,05
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	86.292.656,32	67.722.115,69	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	26.262.766,60	26.914.657,85
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				76.579.575,08	53.225.893,12

O Ativo Financeiro (AF) que compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários (com atributo F - “Financeiro”). Totalizou R\$ 19.279.792,10.

O Ativo Permanente (AP) que compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa (com atributo P - “Permanente”). Totalizou R\$ 86.292.656,32.

O Passivo Financeiro (PF) que compreende as obrigações e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária (com atributo F - “Financeiro”). Totalizou R\$ 2.730.106,74.

O Passivo Permanente (PP) que compreender as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, (com atributo P - “Permanente”). Totalizou R\$ 26.262.766,60.

O saldo patrimonial [= (AF + AP) – (PF + PP)] do exercício de 2021 foi de R\$ 76.579.575,08.

Tais atributos (P e F) indicam em que fase a execução orçamentária se encontra, possibilitando a identificação do ativo e passivo financeiros, por meio das contas com atributo (F), para fins de apuração do superávit/déficit financeiro.

O Superávit compreende a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Já o Déficit Financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais.



Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial		
QUADRO DO SUPERAVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.817.820,14	5.268.192,62
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	268.577,82	74.973,22
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE	545.597,00	367.519,15
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício - mínimo 70%)	0,00	0,02
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	3.200.442,95	746.000,30
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	764.489,73	1.040.350,17
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	326.753,86	254.728,98
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.404.807,05	750.189,53
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDÉ (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIO)	80.720,56	27.059,67
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	1.736.516,05	2.828.575,84
43 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	64.330,50	102.149,29
44 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	65.477,72	120.592,54
45 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	10,91	10,64
52 - COVID-19 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA UNIÃO DESTINADOS A AÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (LC 173/2020 - Art. 5º, I-B)	2.008,01	78.669,82
61 - Transferências Voluntárias - Estado/Assistência Social	0,00	301,60
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	6.560,43	294.503,44
83 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAMAS	29.196,93	464.596,93
89 - ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS	223.806,93	21,52
TOTAL (Nota 32)	16.549.685,36	12.418.435,28

O quadro do superavit/deficit financeiro, que compõe o Balanço Patrimonial do Município, apresenta o superavit ou deficit financeiro do exercício, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, que será utilizado nesta análise com a finalidade de verificar se houve a evidenciação das disponibilidades por fonte/destinação de recursos. O Município de Toritama apurou no final do exercício de 2021 o valor de R\$ 16.549.685,36, superavitário, resultante do AF (R\$ 19.279.792,10) menos o PF (R\$ 2.730.106,74), conforme evidenciado acima.

14. Recolhimento de Contribuições Previdenciárias:

Quanto ao recolhimento das contribuições previdenciárias devidas devem obedecer ao disposto no art. 30 da Lei Federal nº 8.212/91. A Controladoria elaborou demonstrativos de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RGPS, discriminando os montantes das contribuições devidas, contabilizadas e recolhidas em favor do regime geral de previdência social.

Conforme demonstrativos abaixo, verifica-se que foi recolhido o valor integral tanto das contribuições dos servidores quanto patronais:

Demonstrativos Previdenciárias Individualizadas RGPS

a) Prefeitura Municipal:

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- RGPS
EXERCÍCIO DE 2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS) - ANEXO XIII - A

BASE DE CÁLCULO		RETIDA ²	CONTABILIZADA	RECOLHIDA ⁴		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	R\$ 1.984.472,80	R\$ 193.125,14	R\$ 193.125,14	R\$ 193.125,14	R\$ -	19/02/21	19/02/21
Fevereiro	R\$ 2.051.670,69	R\$ 199.080,63	R\$ 199.080,63	R\$ 199.080,63	R\$ -	19/03/21	15/03/21
Março	R\$ 2.644.444,46	R\$ 205.296,38	R\$ 205.296,38	R\$ 205.296,38	R\$ -	20/04/21	16/04/21
Abril	R\$ 2.185.638,05	R\$ 206.404,15	R\$ 206.404,15	R\$ 206.404,15	R\$ -	20/05/21	19/05/21
Maio	R\$ 2.191.490,90	R\$ 210.797,72	R\$ 210.797,72	R\$ 210.797,72	R\$ -	20/06/21	15/06/21
Junho	R\$ 2.254.097,59	R\$ 215.457,44	R\$ 215.457,44	R\$ 215.457,44	R\$ -	20/07/21	19/07/21; 20/07/21; 21/07/21
Julho	R\$ 2.256.458,36	R\$ 215.663,66	R\$ 215.663,66	R\$ 215.663,66	R\$ -	20/08/21	18/08/2021; 24/08/2021
Agosto	R\$ 2.288.584,04	R\$ 218.355,13	R\$ 218.355,13	R\$ 218.355,13	R\$ -	20/09/21	17/09/21
Setembro	R\$ 2.387.620,23	R\$ 225.711,21	R\$ 225.711,21	R\$ 225.711,21	R\$ -	20/10/21	19/10/21
Outubro	R\$ 2.445.703,94	R\$ 230.363,62	R\$ 230.363,62	R\$ 230.363,62	R\$ -	19/11/21	16/11/21
Novembro	R\$ 2.467.326,15	R\$ 232.075,57	R\$ 232.075,57	R\$ 232.075,57	R\$ -	20/12/21	03/12/2021; 30/12/2021
Dezembro	R\$ 5.545.414,22	R\$ 368.172,94	R\$ 368.172,94	R\$ 375.766,12	R\$ -	20/01/22	28/12/21
13º Salário	R\$ 677.376,70	R\$ 226.821,19	R\$ 226.821,19	R\$ 226.821,19	R\$ -	20/12/21	10/12/2021; 17/12/2021
Total	R\$ 31.380.298,13	R\$ 2.947.324,78	R\$ 2.947.324,78	R\$ 2.954.917,96	R\$ -		



ÓRGÃO/ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS) - ANEXO XIII - B

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO							
COMPETÊNCIA	VALOR ¹	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE ¹	RECOLHIDA ⁴		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE	
					PRINCIPAL	ENCARGOS			
Janeiro	R\$ 2.015.272,67	R\$ 461.751,35	R\$ 461.751,35	R\$ 28.929,92	R\$ 432.821,43	R\$ -	19/02/21	19/02/21	
Fevereiro	R\$ 2.084.662,12	R\$ 477.650,27	R\$ 477.650,27	R\$ 27.355,35	R\$ 450.114,92	R\$ -	19/03/21	15/03/21	
Março	R\$ 2.677.064,80	R\$ 495.829,48	R\$ 495.829,48	R\$ 26.973,98	R\$ 469.035,50	R\$ 19,62	20/04/21	16/04/21	
Abril	R\$ 2.185.638,05	R\$ 500.786,48	R\$ 500.786,48	R\$ 16.154,92	R\$ 484.631,57	R\$ -	20/05/21	19/05/21	
Mai	R\$ 2.241.088,60	R\$ 513.491,64	R\$ 513.491,64	R\$ 11.234,44	R\$ 502.437,20	R\$ -	20/06/21	15/06/21	
Junho	R\$ 2.303.493,86	R\$ 527.790,27	R\$ 527.790,27	R\$ 11.492,39	R\$ 516.298,24	R\$ -	20/07/21	19/07/21; 20/07/21; 21/07/21	
Julho	R\$ 2.301.505,63	R\$ 527.334,75	R\$ 527.334,75	R\$ 17.979,52	R\$ 509.355,24	R\$ 92,20	20/08/21	18/08/2021; 24/08/2021	
Agosto	R\$ 2.335.494,27	R\$ 535.122,42	R\$ 535.122,42	R\$ 17.298,11	R\$ 517.824,31	R\$ -	20/09/21	17/09/21	
Setembro	R\$ 2.433.562,01	R\$ 557.592,30	R\$ 557.592,30	R\$ 19.523,77	R\$ 538.068,53	R\$ -	20/10/21	19/10/21	
Outubro	R\$ 2.495.826,25	R\$ 571.858,67	R\$ 571.858,67	R\$ 15.504,49	R\$ 556.354,18	R\$ -	20/11/21	16/11/21	
Novembro	R\$ 2.511.680,25	R\$ 575.491,23	R\$ 575.491,23	R\$ 22.031,36	R\$ 553.459,87	R\$ -	20/12/21	03/12/2021; 30/12/2021	
Dezembro	R\$ 4.665.528,55	R\$ 2.299.365,92	R\$ 2.299.365,92	R\$ 31.943,96	R\$ 2.286.016,26	R\$ -	20/01/22	28/12/21	
13.º Salário	R\$ 695.076,40	R\$ 553.156,51	R\$ 553.156,51	R\$ 15.416,46	R\$ 537.740,05	R\$ -	20/12/21	10/12/2021; 17/12/2021	
Total	R\$ 30.945.893,46	R\$ 8.597.221,29	R\$ 8.597.221,29	R\$ 261.838,67	R\$ 8.354.157,30	R\$ 111,82			

b) Fundo Municipal de Saúde:

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- RGPS EXERCÍCIO DE 2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS) - ANEXO XIII - A

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA ²	CONTABILIZADA	RECOLHIDA ⁴		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	R\$ 739.400,96	R\$ 59.741,20	R\$ 59.741,20	R\$ 59.741,20	R\$ -	19/02/21	19/02/21
Fevereiro	R\$ 828.735,43	R\$ 70.630,98	R\$ 70.630,98	R\$ 70.630,98	R\$ -	19/03/21	17/03/21
Março	R\$ 850.774,59	R\$ 70.783,13	R\$ 70.783,13	R\$ 70.783,13	R\$ -	20/04/21	15/04/21
Abril	R\$ 998.751,89	R\$ 70.439,17	R\$ 70.439,17	R\$ 70.439,17	R\$ -	20/05/21	17/05/21
Mai	R\$ 894.512,23	R\$ 74.961,24	R\$ 74.961,24	R\$ 74.961,24	R\$ -	20/06/21	17/06/2021; 18/06/2021
Junho	R\$ 978.171,28	R\$ 82.687,44	R\$ 82.687,44	R\$ 82.687,44	R\$ -	20/07/21	16/07/21; 20/07/21
Julho	R\$ 961.755,74	R\$ 80.034,92	R\$ 80.034,92	R\$ 80.034,92	R\$ -	20/08/21	16/08/2021; 20/08/21
Agosto	R\$ 938.365,72	R\$ 78.184,64	R\$ 78.184,64	R\$ 78.184,64	R\$ -	20/09/21	15/09/21; 16/09/21
Setembro	R\$ 953.511,90	R\$ 78.043,18	R\$ 78.043,18	R\$ 78.043,18	R\$ -	20/10/21	19/10/21; 20/10/21
Outubro	R\$ 989.710,63	R\$ 82.971,38	R\$ 82.971,38	R\$ 82.971,38	R\$ -	19/11/21	03/11/2021; 18/11/2021; 19/11/2021
Novembro	R\$ 968.556,45	R\$ 81.566,78	R\$ 81.566,78	R\$ 81.566,78	R\$ -	20/12/21	13/12/2021; 14/12/2021
Dezembro	R\$ 961.160,93	R\$ 80.712,32	R\$ 80.712,32	R\$ 80.712,32	R\$ -	20/01/22	28/12/21
13º Salário	R\$ 932.655,58	R\$ 81.830,69	R\$ 81.830,69	R\$ 81.830,69	R\$ -	20/12/21	14/12/21
Total	R\$ 11.996.063,33	R\$ 992.587,07	R\$ 992.587,07	R\$ 992.587,07	R\$ -		

ÓRGÃO/ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS) - ANEXO XIII - B

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE ¹	RECOLHIDA ⁴		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	R\$ 864.821,99	R\$ 199.692,57	R\$ 199.692,57	R\$ 6.404,47	R\$ 193.288,10	R\$ -	19/02/21	19/02/21
Fevereiro	R\$ 931.997,59	R\$ 215.203,81	R\$ 215.203,81	R\$ 7.852,25	R\$ 207.351,56	R\$ -	19/03/21	17/03/21
Março	R\$ 997.278,61	R\$ 230.277,60	R\$ 230.277,60	R\$ 11.797,57	R\$ 218.480,04	R\$ -	20/04/21	15/04/21
Abril	R\$ 1.000.718,32	R\$ 231.071,84	R\$ 231.071,84	R\$ 11.289,92	R\$ 219.781,92	R\$ -	20/05/21	17/05/21
Mai	R\$ 1.048.248,80	R\$ 242.046,93	R\$ 242.046,93	R\$ 10.475,19	R\$ 231.571,74	R\$ -	20/06/21	17/06/2021; 18/06/2021
Junho	R\$ 1.213.008,67	R\$ 280.090,93	R\$ 280.090,93	R\$ 9.774,18	R\$ 270.316,75	R\$ -	20/07/21	16/07/21; 20/07/21
Julho	R\$ 1.201.341,50	R\$ 277.396,93	R\$ 277.396,93	R\$ 7.677,00	R\$ 269.719,93	R\$ -	20/08/21	16/08/2021; 20/08/21
Agosto	R\$ 1.166.347,05	R\$ 269.316,51	R\$ 269.316,51	R\$ 6.824,15	R\$ 262.492,36	R\$ -	20/09/21	15/09/21; 16/09/21
Setembro	R\$ 1.179.304,09	R\$ 272.308,36	R\$ 272.308,36	R\$ 5.331,03	R\$ 266.977,33	R\$ -	20/10/21	19/10/21; 20/10/21
Outubro	R\$ 1.192.230,97	R\$ 275.293,25	R\$ 275.293,25	R\$ 4.365,60	R\$ 270.927,65	R\$ -	19/11/21	8/11/2021; 18/11/2021; 19/11/2021
Novembro	R\$ 1.151.757,22	R\$ 265.947,63	R\$ 265.947,63	R\$ 5.223,35	R\$ 260.724,28	R\$ -	20/12/21	13/12/2021; 14/12/2021
Dezembro	R\$ 1.152.435,27	R\$ 266.104,20	R\$ 266.104,20	R\$ 5.216,52	R\$ 260.887,68	R\$ -	20/01/22	28/12/21
13.º Salário	R\$ 1.037.841,23	R\$ 239.643,67	R\$ 239.643,67	R\$ 1.427,23	R\$ 238.216,24	R\$ -	20/12/21	14/12/21
Total	R\$ 14.137.331,31	R\$ 3.264.394,23	R\$ 3.264.394,23	R\$ 93.658,46	R\$ 3.170.675,58	R\$ -		

c) Fundo Municipal de Assistência Social:

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- RGPS EXERCÍCIO DE 2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS) - ANEXO XIII - A

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA ²	CONTABILIZADA	RECOLHIDA ⁴		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	R\$ 82.619,55	R\$ 7.083,81	R\$ 7.083,81	R\$ 7.083,81	R\$ -	19/02/21	19/02/21
Fevereiro	R\$ 99.469,63	R\$ 8.455,83	R\$ 8.455,83	R\$ 8.455,83	R\$ -	19/03/21	19/03/21
Março	R\$ 103.929,62	R\$ 8.766,02	R\$ 8.766,02	R\$ 8.766,02	R\$ -	20/04/21	20/04/21
Abril	R\$ 100.516,30	R\$ 8.560,33	R\$ 8.560,33	R\$ 8.560,33	R\$ -	20/05/21	30/06/21
Mai	R\$ 102.692,97	R\$ 8.686,33	R\$ 8.686,33	R\$ 8.686,33	R\$ -	20/06/21	18/06/21
Junho	R\$ 102.804,63	R\$ 8.650,83	R\$ 8.650,83	R\$ 8.650,83	R\$ -	20/07/21	20/07/21
Julho	R\$ 101.417,97	R\$ 8.550,79	R\$ 8.550,79	R\$ 8.550,79	R\$ -	20/08/21	20/08/21
Agosto	R\$ 102.761,30	R\$ 8.702,88	R\$ 8.702,88	R\$ 8.702,88	R\$ -	20/09/21	20/09/21
Setembro	R\$ 104.202,96	R\$ 8.852,65	R\$ 8.852,65	R\$ 8.852,65	R\$ -	20/10/21	20/10/21
Outubro	R\$ 100.065,12	R\$ 8.335,32	R\$ 8.335,32	R\$ 8.335,32	R\$ -	19/11/21	19/11/21
Novembro	R\$ 101.865,12	R\$ 8.479,72	R\$ 8.479,72	R\$ 8.479,72	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Dezembro	R\$ 101.988,45	R\$ 8.490,82	R\$ 8.490,82	R\$ 8.490,82	R\$ -	20/01/22	28/12/21
13º Salário	R\$ 91.771,78	R\$ 7.475,89	R\$ 7.475,89	R\$ 7.475,89	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Total	R\$ 1.296.105,40	R\$ 109.091,22	R\$ 109.091,22	R\$ 109.091,22	R\$ -		



ÓRGÃO/ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS) - ANEXO XIII - B

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE ²	CONTRIBUIÇÃO		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹				RECOLHIDA ⁴			
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	R\$ 82.619,55	R\$ 18.176,30	R\$ 18.176,30	R\$ 439,21	R\$ 17.737,09	R\$ -	19/02/21	19/02/21
Fevereiro	R\$ 99.469,63	R\$ 21.883,30	R\$ 21.883,30	R\$ 615,24	R\$ 21.268,06	R\$ -	19/03/21	19/03/21
Março	R\$ 103.929,62	R\$ 22.864,49	R\$ 22.864,49	R\$ 563,97	R\$ 22.300,52	R\$ -	20/04/21	20/04/21
Abril	R\$ 100.516,30	R\$ 22.113,58	R\$ 22.113,58	R\$ 666,51	R\$ 21.447,07	R\$ -	20/05/21	19/05/21
Maior	R\$ 102.692,97	R\$ 22.592,43	R\$ 22.592,43	R\$ 563,97	R\$ 22.028,46	R\$ -	20/06/21	30/06/21
Junho	R\$ 102.804,63	R\$ 22.617,01	R\$ 22.617,01	R\$ 563,97	R\$ 22.053,04	R\$ -	20/07/21	20/07/21
Julho	R\$ 101.417,97	R\$ 22.311,94	R\$ 22.311,94	R\$ 666,51	R\$ 21.651,46	R\$ -	20/08/21	20/08/21
Agosto	R\$ 102.761,30	R\$ 22.607,48	R\$ 22.607,48	R\$ 666,51	R\$ 22.289,66	R\$ -	20/09/21	20/09/21
Setembro	R\$ 104.202,96	R\$ 22.924,64	R\$ 22.924,64	R\$ 615,24	R\$ 22.309,40	R\$ -	20/10/21	20/10/21
Outubro	R\$ 100.065,12	R\$ 22.014,31	R\$ 22.014,31	R\$ 563,97	R\$ 21.635,22	R\$ -	19/11/21	19/11/21
Novembro	R\$ 101.865,12	R\$ 22.410,31	R\$ 22.410,31	R\$ 563,97	R\$ 21.846,34	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Dezembro	R\$ 101.988,45	R\$ 22.437,45	R\$ 22.437,45	R\$ 563,97	R\$ 23.564,70	R\$ -	20/01/22	28/12/21
13.º Salário	R\$ 91.771,78	R\$ 20.189,75	R\$ 20.189,75	R\$ -	R\$ 20.168,75	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Total	R\$ 1.296.105,40	R\$ 285.142,99	R\$ 285.142,99	R\$ 7.053,04	R\$ 280.299,93	R\$ -		

d) CTTU:

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- RGPS
EXERCÍCIO DE 2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: CTTU

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS) - ANEXO XIII - A

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA ²	CONTABILIZADA	RECOLHIDA ⁴		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹			RECOLHIDA ⁴			
				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	R\$ 49.999,79	R\$ 4.330,39	R\$ 4.330,39	R\$ 4.330,39	R\$ -	19/02/21	12/02/21
Fevereiro	R\$ 53.278,60	R\$ 4.666,68	R\$ 4.666,68	R\$ 4.666,68	R\$ -	19/03/21	18/03/21
Março	R\$ 53.681,00	R\$ 4.686,42	R\$ 4.686,42	R\$ 4.686,42	R\$ -	20/04/21	20/04/21
Abril	R\$ 54.928,00	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ -	20/05/21	20/05/21
Maior	R\$ 54.928,00	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ -	20/06/21	17/06/21
Junho	R\$ 54.928,00	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ -	20/07/21	20/07/21
Julho	R\$ 53.681,00	R\$ 4.686,42	R\$ 4.686,42	R\$ 4.686,42	R\$ -	20/08/21	20/08/21
Agosto	R\$ 54.928,00	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ -	20/09/21	20/09/21
Setembro	R\$ 54.429,20	R\$ 4.753,74	R\$ 4.753,74	R\$ 4.753,74	R\$ -	20/10/21	20/10/21
Outubro	R\$ 54.928,00	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ 4.798,62	R\$ -	19/11/21	19/11/21
Novembro	R\$ 54.179,80	R\$ 4.731,30	R\$ 4.731,30	R\$ 4.731,30	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Dezembro	R\$ 53.930,40	R\$ 4.708,86	R\$ 4.708,86	R\$ 4.708,86	R\$ -	20/01/22	24/12/21
13.º Salário	R\$ 50.953,67	R\$ 4.441,02	R\$ 4.441,02	R\$ 4.441,02	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Total	R\$ 698.773,46	R\$ 60.997,93	R\$ 60.997,93	R\$ 60.997,93	R\$ -		

ÓRGÃO/ENTIDADE: CTTU

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS) - ANEXO XIII - B

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE ²	CONTRIBUIÇÃO		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹				RECOLHIDA ⁴			
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	R\$ 49.999,79	R\$ 10.499,94	R\$ 10.499,94	R\$ -	R\$ 10.499,94	R\$ -	19/02/21	12/02/21
Fevereiro	R\$ 53.278,60	R\$ 11.188,50	R\$ 11.188,50	R\$ -	R\$ 11.188,50	R\$ -	19/03/21	18/03/21
Março	R\$ 53.681,00	R\$ 11.273,01	R\$ 11.273,01	R\$ -	R\$ 11.273,01	R\$ -	20/04/21	20/04/21
Abril	R\$ 54.928,00	R\$ 11.534,88	R\$ 11.534,88	R\$ -	R\$ 11.534,88	R\$ -	20/05/21	20/05/21
Maior	R\$ 54.928,00	R\$ 11.534,88	R\$ 11.534,88	R\$ -	R\$ 11.534,88	R\$ -	20/06/21	17/06/21
Junho	R\$ 54.928,00	R\$ 11.534,88	R\$ 11.534,88	R\$ -	R\$ 11.534,88	R\$ -	20/07/21	20/07/21
Julho	R\$ 53.681,00	R\$ 11.273,01	R\$ 11.273,01	R\$ -	R\$ 11.273,01	R\$ -	20/08/21	20/08/21
Agosto	R\$ 54.928,00	R\$ 11.534,88	R\$ 11.534,88	R\$ -	R\$ 11.534,88	R\$ -	20/09/21	20/09/21
Setembro	R\$ 54.429,20	R\$ 11.430,13	R\$ 11.430,13	R\$ -	R\$ 11.430,13	R\$ -	20/10/21	20/10/21
Outubro	R\$ 54.928,00	R\$ 11.534,88	R\$ 11.534,88	R\$ -	R\$ 11.534,88	R\$ -	19/11/21	19/11/21
Novembro	R\$ 54.179,80	R\$ 11.377,75	R\$ 11.377,75	R\$ -	R\$ 11.377,75	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Dezembro	R\$ 53.930,40	R\$ 11.325,38	R\$ 11.325,38	R\$ -	R\$ 11.325,38	R\$ -	20/01/22	24/12/21
13.º Salário	R\$ 50.953,67	R\$ 10.700,26	R\$ 10.700,26	R\$ -	R\$ 10.700,26	R\$ -	20/12/21	20/12/21
Total	R\$ 698.773,46	R\$ 146.742,38	R\$ 146.742,38	R\$ -	R\$ 146.742,38	R\$ -		

15. Dados relevantes:

15.1 – Área da Saúde

Observa-se que o custo médio/ano do total da despesa com ações e serviços públicos de saúde por habitante foi de R\$ 459,35 no exercício de 2020 e de R\$ 584,68 no exercício de 2021, acréscimo de R\$ 125,33 por habitante, que representa 27,28% conforme tabela abaixo:



CUSTO MÉDIO/ANO DA DESPESA (corrente/capital) COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE POR HABITANTE - Exercício de 2020

a) Total da despesa empenhada em saúde	R\$	21.205.544,10
b) Número de habitantes, conforme IBGE		46.164
c) Custo médio/ano da despesa geral com saúde por habitante (A / B)	R\$	459,35

CUSTO MÉDIO/ANO DA DESPESA (corrente/capital) COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE POR HABITANTE - Exercício de 2021

a) Total da despesa empenhada em saúde	R\$	27.531.222,92
b) Número de habitantes, conforme IBGE		47.088
c) Custo médio/ano da despesa geral com saúde por habitante (A / B)	R\$	584,68

15.2 - Área da Educação

Já o custo médio/ano do total da despesa com educação por ano da rede municipal de ensino no exercício de 2021 foi de R\$ 6.937,59.

CUSTO MÉDIO/ANO DA DESPESA (corrente/capital) COM EDUCAÇÃO POR ALUNO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

a) Total da despesa empenhada em Educação (subfunção Ensino Fundamental, Ensino Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial)	R\$	50.443.186,68
b) Total de alunos matriculados na rede municipal de ensino (censo escolar 2021)		7.271
c) Custo médio/ano da despesa geral com educação por aluno na rede municipal de ensino (A / B)	R\$	6.937,59

16. Combate a Pandemia ocasionada pela COVID-19

O Município de Toritama através do Decreto Municipal nº. 14, de 25 de março de 2020 decretou a situação de calamidade em todo o território da municipalidade. Sendo reconhecida pela Assembleia Legislativa de Pernambuco-ALEPE, em sessão no dia 08/04/2020, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar nº. 101 de 2000 (LRF).

Diante desse cenário de pandemia, durante o exercício 2021, esta Controladoria recomendou que fossem tomadas medidas de controle de gastos públicos, buscando a efetivação do equilíbrio nas contas públicas, priorizando os gastos vinculados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19.



Abaixo temos as receitas orçamentárias, arrecadadas em 2021, advindas da União e/ou Estado (R\$ 460.969,89) para fins de combate ao Coronavírus:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARA FINS DE COMBATE AO CORONAVÍRUS - EXERCÍCIO DE 2021					
Data	Código Orçamentário	Descrição da Receita	Origem da Receita	Valor (R\$)	UG
31/03/2021	1.7.2.8.03.1.1.98	Transferência de Recurso do Estado - FES PE - (CORONAVÍRUS - COVID 19)	Transferências do Estado	R\$ 92.328,00	Fundo Municipal de Saúde
18/05/2021	1.7.1.8.03.1.1.09.00	CORONAVÍRUS (COVID-19) ATENÇÃO BÁSICA	Transferências do Governo Federal	R\$ 27.454,72	Fundo Municipal de Saúde
18/05/2021	1.7.1.8.03.1.1.09.00	CORONAVÍRUS (COVID-19) ATENÇÃO BÁSICA	Transferências do Governo Federal	R\$ 189.687,17	Fundo Municipal de Saúde
13/09/2021	1.7.1.8.03.9.1.98.00	CORONAVÍRUS - COVID 19	Transferências do Governo Federal	R\$ 151.500,00	Fundo Municipal de Saúde
TOTAL			R\$ -	R\$ 460.969,89	

Foram abertos Créditos Extraordinários ao orçamento municipal do exercício 2021 no montante de R\$ 300.000,00, para reforço de despesas, em decorrência das ações emergenciais, destinadas ao combate da pandemia ocasionada pela COVID-19.

17. Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2021

O Controle Interno pautou sua atuação conforme preconiza os dispositivos legais e em especial a Resolução TC Nº. 01/2009, procurando orientar a gestão e todos os atores envolvidos com a Administração. Importante frisar as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO 2021		
RECOMENDAÇÃO	DATA	OBJETO
Memorando 025/2021	05/01/2021	Recomendação acerca da solicitação dos valores dos precatórios do Município de Toritama
Memorando 028/2021	05/01/2021	Recomendação acerca do devido registro contábil dos valores brutos da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), assim como dos parcelamentos da Dívida Consolidada do Município



Memorando 070/2021	08/01/2021	Recomendação acerca da observância ao artigo 8º da Lei Complementar nº. 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que estabelece a obrigatoriedade do Chefe do Poder Executivo estabelecer a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso, até 30 (trinta) dias da publicação do Orçamento.
Memorando 216/2021	21/01/2021	Alerta em relação ao Controle dos Estoques dos Insumos necessários ao enfrentamento da Pandemia do Novo Coronavírus.
Memorando 277/2021	26/01/2021	Observância a Resolução nº. 18/2017 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
Memorando 371/2021	28/01/2021	Observância ao artigo 8º da Lei Complementar nº. 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
Memorando 610/2021	22/02/2021	ALERTAR sobre os prazos para envio das obrigações acessórias: 1.SAGRES-EOF- Módulo de Execução Orçamentária e Financeira nos Municípios- Competência: Janeiro de 2021, PRAZO DE ENVIO: 26/02/2021; 2. MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS-MSC-Competência: Janeiro de 2021, PRAZO DE ENVIO: 01/03/2021.
Memorando 627/2021	23/02/2021	Alerta sobre as mudanças trazidas pela Lei nº. 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.
Memorando 640/2021	23/02/2021	Recomendação sobre o arquivamento da documentação relacionada a despesa com pessoal (Folha de Pagamento) e encargos sociais, tendo em vista que essa recomendação facilitará aos atendimentos do Tribunal de Contas do Estado-TCE/PE e demais órgãos de Controle Externo.

Documento Assinado Digitalmente por: EDILSON TAVARES DELIMA, ANGELA MARIA BEZERRA MACHADO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 81478364-aae0-4fbc-bacd-1f859485246d



Memorando 786/2021	02/03/2021	Reitera as recomendações relacionadas ao Transporte Escolar e a Resolução TC nº. 06/2013 (cópia anexa) expedida pela Corte de Contas Estadual.
Memorando 932/2021	09/03/2021	Reitera o Memorando Nº. 706/2021, que trouxe a recomendação referente a Resolução TC Nº. 122, de 24 de fevereiro de 2021 que estabelece critérios e diretrizes para conferir maior transparência e melhores controles interno, externo e social sobre o Plano de Vacinação contra a COVID-19.
Memorando 1131/2021	23/03/2021	Recomenda observância ao artigo 3º da Resolução TC Nº. 122, de 24 de fevereiro de 2021 expedida pela Corte de Contas.
Memorando 1520/2021	09/04/2021	Análise Interna na Planilha dos Vacinados extraída do E-Sus. Notifica e solicita providências.
Memorando 1528/2021	09/04/2021	Encaminhamento da RECOMENDAÇÃO CONJUNTA TCE/MPCO Nº 03/2021, de 07 de abril de 2021.
Memorando 1948/2021	29/04/2021	Encaminhamento do Cálculo do Duodécimo, utilizando-se do Anexo 10 da Lei nº. 4.320/1964- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecada do Exercício 2020, bem como solicitação de providências.
Memorando 3263/2021	19/07/2021	Recomenda que sejam analisadas as informações constantes na SEFIP antes do envio, confrontando-as com os resumos das folhas de pagamentos, evitando desta forma, retenções indevidas na cota do FPM.
Memorando 3488/2021	29/07/2021	Recomenda a observância da Recomendação Conjunta estabelecida em conjunto pelo TCE/PE e MPCO (05/2021), que trata sobre as prioridades de Contratação para comemorações e shows artísticos.
Memorando 3359/2021	03/08/2021	Recomendação acerca do limite mínimo de 25% no MDE.
Memorando 3574/2021	04/08/2021	Encaminhamento da Orientação Normativa nº. 01/2021- Adoção de Declaração de Não Parentesco do Licitante com servidores e agentes políticos e vedações do artigo 14 da Lei 14.133/2021.

Documento Assinado Digitalmente por: EDILSON TAVARES DE LIMA, ANGELA MARIA BEZERRA MACHADO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 81478364-aae0-4fbc-bacd-1f859485246d



Memorando 3619/2021	05/08/2021	Recomendação acerca da observância ao Acórdão N.º 863/2021.
Memorando 3794/2021	16/08/2021	Relatório de Auditoria Operacional - Controle Interno de Combustíveis na Prefeitura e demais entidades.
Memorando 3943/2021	25/08/2021	Recomendação acerca da elaboração do PPA 2022-2025, conforme recomendação do TCE/PE.
Memorando 4197/2021	13/09/2021	Reitera as recomendações relacionados ao Transporte Escolar e a Resolução TC n.º. 06/2013 expedida pela Corte de Contas Estadual.
Memorando 4.247/2021	15/09/2021	Recomendar que sejam verificados junto ao DETRAN-PE a situação de propriedade dos veículos leiloados no Leilão N.º 01/2021, Processo Licitatório PMT N.º 021/2021.
Memorando 4393/2021	24/09/2021	Encaminhamento do Ofício Circular N.º 004/2021-TCE/CCE, em atendimento a Resolução TC N.º 119/2020.
Memorando 4492/2021	01/10/2021	Encaminhamento da Resolução TC N.º 142, de 29 de setembro de 2021.
Memorando 5075/2021	09/11/2021	Recomendação do correto registro em folha de pagamento da nomenclatura da rubrica da verba paga aos servidores em gozo de licença prêmio.
Memorando 5219/2021	19/11/2021	Reitera Recomendação feita através do Memorando 640/2021, acerca do arquivamento de documentos referentes a despesa com pessoal (folha de pagamento) e encargos sociais.
Memorando 5536/2021	13/12/2021	Solicita a entrega do Termo de Cessão de uso de Bem Móvel, assinado por todos os servidores municipais contemplados com Notebooks e Aparelhos Celulares .
Memorando 5554/2021	14/12/2021	Recomenda o devido registro contábil dos valores brutos da contribuição de iluminação pública (CIP) e dos parcelamentos da dívida consolidada do Município.

Documento Assinado Digitalmente por: EDILSON TAVARES DELIMA, ANGELA MARIA BEZERRA MACHADO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 81478364-aae0-4fbc-bacd-1f859485246d



Memorando 5650/2021	20/12/2021	Recomenda para que seja providenciado junto ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT, ao Tribunal Regional Federal - TRF, e ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – TJPE a posição dos precatórios deste município em 31/12/2021.
Memorando 5740 e 5741/2021	28/12/2021	Recomenda atentar para contabilização e recolhimento da Contribuição Patronal (RGPS) sobre o serviço prestado pela Pessoa Física (contribuinte individual ou autônomo).

18. Auditorias realizadas no Exercício 2021:

No Exercício 2021 foram realizadas as seguintes Auditorias:

- a) Conformidade no controle de combustíveis no Município;
- b) Análise da conformidade das despesas realizadas pela CTTU;
- c) Auditoria Operacional de controle da vacinação das Unidades Básicas de Saúde do Município de Toritama.

19. Atendimentos da Ouvidoria:

Ouvidoria é o espaço de acolhimento para receber, examinar e encaminhar, aos setores competentes, todas as sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias podendo gerar informações com o objetivo de aperfeiçoar o processo de trabalho dentro da organização.

É uma atividade institucional de representação autônoma, imparcial e de caráter mediador, pedagógico e estratégico, que acolhe manifestações não concluídas por outros meios de atendimento para análise e atuação na busca de soluções.

A ouvidoria tem por propósito buscar soluções para as demandas do seu público, oferecer informações gerenciais e sugestões à organização em que atua, visando o aprimoramento da prestação do serviço e do relacionamento.

Ao desempenhar seu papel de porta-voz do público na organização, o Ouvidor atua como importante mecanismo de interação entre a instituição e a sociedade, aliado na defesa dos direitos e na busca de soluções de conflitos.



A atuação da Ouvidoria perfaz na defesa da administração, procurando mediar às reivindicações, exercendo influência preventiva e corretiva de problemas interpessoais, de arbitrariedades ou negligências, ou ainda, de abuso de poder.

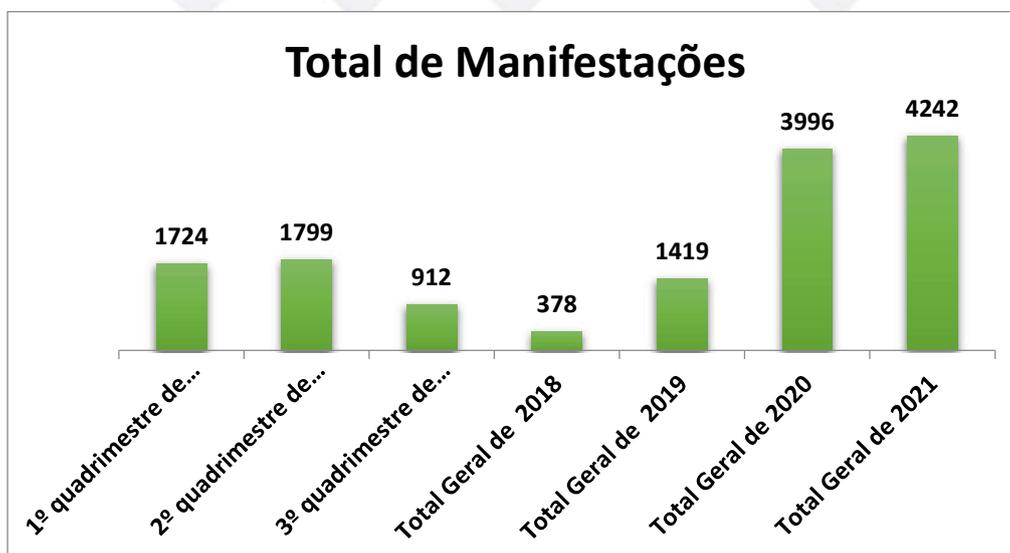
As competências da Ouvidoria têm escopo no artigo 56, da lei complementar 02/2017:

XI- elaborar e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Precisamos ainda de uma regulamentação municipal, nossa carta de serviços está em fase de atualização e ampliação do portfólio de serviços.

A Ouvidoria atendeu no exercício de 2021 o total de 4.242 manifestações. A tabela abaixo pode ser observado o número em valor absoluto:

Período	Nº de Atendimento
1º quadrimestre de 2021	1724
2º quadrimestre de 2021	1799
3º quadrimestre de 2021	719
Exercício 2021	4242
Exercício 2018	374
Exercício 2019	1419
Exercício 2020	3996





Para a compilação das informações foram utilizados tabelas e gráficos, permitindo comparações e análise qualitativa da atuação da Ouvidoria. No ano de 2021, a Secretaria de Saúde foi quem recebeu o maior número de demandas, com 1.825 manifestações, em decorrência da pandemia do Covid-19, que assolou principalmente no 1º semestre do ano, período de grande calamidade, que foi denominado como 2º onda da Covid-19, bem como o início do processo de vacinação contra Covid-19, seguida da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, com 773 manifestações, em função da volta às aulas, resultados do processo seletivo, transporte escolar, como também renovação de matrícula para o ano posterior (2022).

Mencione-se também que o número de registros de atendimento da Ouvidoria Municipal apresentou um aumento contínuo: de 1.419 no exercício 2019 para 3.996 no exercício 2020, e ainda um aumento para 4.242 no exercício de 2021, ou seja, apresenta um aumento diretamente relacionado com a maior divulgação e respostas rápidas do órgão, bem como, taxa de resolubilidade das demandas e a integração de plataformas, como redes sociais.

SECRETARIAS		Quantidade
1	Secretaria de Saúde	1825
2	Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia	773
3	Secretaria de Obras e Urbanismo	577
4	Secretaria de Assistência Social	385
5	Secretaria da Fazenda	157
6	Secretaria de Planejamento e Gestão	139
7	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	128
8	Secretaria de Ordem Social	59
9	Companhia de Trânsito e Transporte Urbano	57
10	Secretaria de Cultura e Esportes	49
11	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	44
12	Procuradoria-Geral	23
12	Controladoria-Geral do Município	16
14	Gabinete do Prefeito	10
15	Secretaria de Governo	0



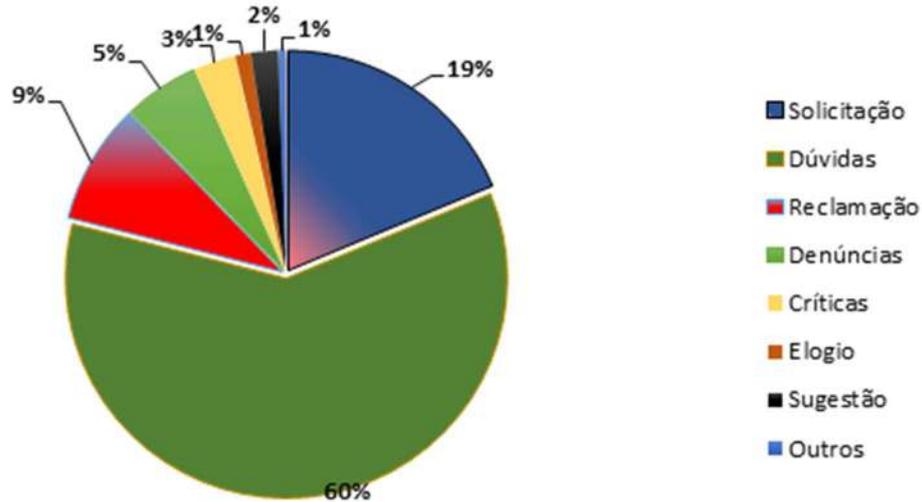
No quadro comparativo entre Secretarias, aparece na frente a Secretaria de Saúde, seguida da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia. Quanto ao tipo de manifestação, a mais frequente foram dúvidas com 2.556 registros, seguido de solicitação, com 794 registros.

Abaixo, representamos através da tabela os tipos de atendimento recepcionados pela Controladoria-Geral do Município, através da Ouvidoria-Geral, no Exercício 2021:

Tipo de Manifestação	Quantidade
Dúvidas	2.556
Solicitação	794
Reclamação	375
Denúncias	232
Críticas	130
Sugestão	83
Elogio	48
Outros	24
Total:	4.242



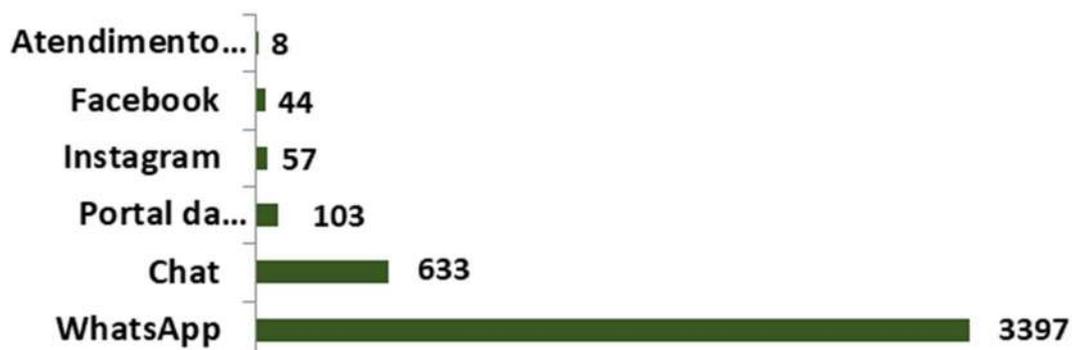
Tipo de Manifestações



A forma de contato mais utilizada foi a rede social Whatsapp, com 3.397 manifestações. Em seguida vem o *JivoChat*, com 633 das manifestações no exercício 2021.

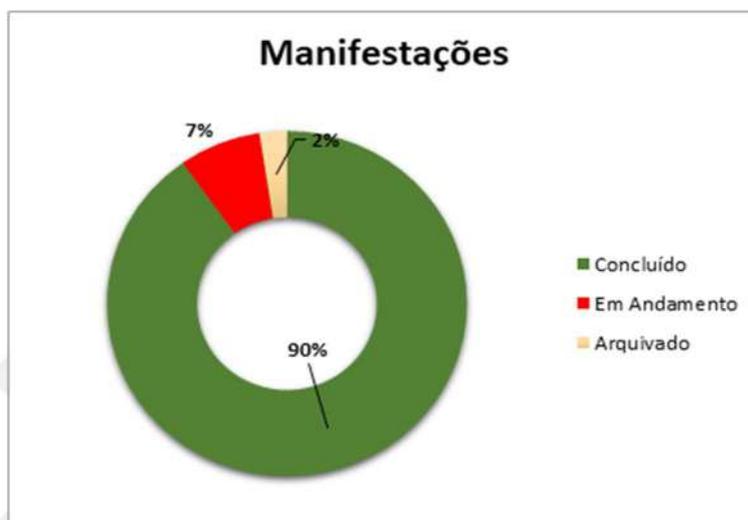
Forma de contato	Quantidade
WhatsApp	3397
Chat	633
Portal da Transparência	103
Instagram	57
Facebook	44
Atendimento Pessoal	8

Forma de Contato





Quanto à conclusão das manifestações dos usuários, a maioria foi considerada solucionada e ou concluída pela Ouvidoria. Do total de 4.242 registros, 90,15% foram concluídos, 7,40% está em andamento, 2,45% foi arquivado devido à falta de informações e ou clareza dos usuários.



20. Considerações Finais

A Controladoria-Geral do Município vem buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle e realizando diversas ações de fiscalização, visando o acompanhamento para a efetiva e proba aplicação dos recursos públicos. A meta para o Exercício 2022 é aumentar a atuação do controle preventivo, trabalhando na diminuição de falhas e possíveis danos ao erário e ajudando assim na efetividade da gestão pública municipal.

As ações da Controladoria foram pautadas nos preceitos que regem a Administração Pública, sempre em consonância com os postulados da Corte de Contas Estadual.

O presente relatório esboça de forma sucinta as atuações do Controle Interno Municipal durante o exercício de 2021.

É o Relatório.

Toritama- PE, 30 de março de 2022.

ANGELA MARIA
BEZERRA
MACHADO:34087346
404

Assinado de forma digital
por ANGELA MARIA
BEZERRA
MACHADO:34087346404

Angela Maria Bezerra Machado
Controladora Geral do Município